

2023



PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS





ÍNDICE

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO E TERMOS USADOS	6
1. INTRODUÇÃO/ENQUADRAMENTO LEGAL	6
2. GLOSSÁRIO DE TERMOS	6
CAPÍTULO II - GRUPO AUTÁRQUICO	8
1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS A APLICAR	8
2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	9
2.1. Homogeneização	9
2.2. Agregação	9
2.3. Eliminação de Operações Internas	9
2.4. Métodos de Consolidação	10
CAPÍTULO III - ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	11
1. BALANÇO CONSOLIDADO SINTETIZADO	11
2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (SINTETIZADA)	14
3. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA (SINTETIZADA)	15
4. INDICADORES DE GESTÃO	15
5. ENTIDADES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS	16
5.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação	16
5.2. Entidades excluídas do perímetro de consolidação	17
6. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA	18
7. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO	18
8. FATOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	20
CAPÍTULO IV - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	21
CAPÍTULO V - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	23
1. Balanço consolidado 2023	24
2. Demonstração de resultados por natureza consolidada 2023	26
3. Demonstração das alterações no património líquido consolidado	27
4. Fluxos de caixa consolidados 2023	28
5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	30
1) - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	30
2) - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	32
3) - Ativos intangíveis	39
4) - Acordos de concessão de serviços: ConcedentE	41
5) - Ativos fixos tangíveis	45



6) - Locações	54
7) - Custos de empréstimos obtidos	55
8) - Propriedades de investimento	55
9) - Imparidade de ativos	56
10) - Inventários	57
11) - Agricultura	58
12) - Contratos de construção	58
13) - Rendimento de transações com contraprestação	58
14) - Rendimento de transações sem contraprestação	59
15) - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	61
16) - Efeitos de alterações em taxas de câmbio	62
17) - Acontecimentos após a data de relato	62
18) - Instrumentos financeiros	62
19) - Benefícios Aos empregados	64
20) - Divulgação de partes relacionadas	64
21) - Relato por segmentos	67
22) - Interesses em outras entidades	67
23) - Outras divulgações	67



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do Ativo 2023	11
Tabela 2 – Evolução do Património Líquido 2023	12
Tabela 3 – Evolução do Passivo 2023	12
Tabela 4 – Rendimentos consolidados 2023	14
Tabela 5 – Gastos consolidados 2023	14
Tabela 6 – Fluxos caixa consolidada sintetizada 2023	15
Tabela 7 - Indicadores de gestão	15
Tabela 8 - Entidades incluídas na consolidação	16
Tabela 9 - Entidades excluídas da consolidação	17
Tabela 10 - Desagregação de Caixa e Depósitos Bancários	32
Tabela 11 - Ativos Intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas	39
Tabela 12 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período	39
Tabela 13 - Ativos Intangíveis – Adições	40
Tabela 14 – Acordos de concessão	41
Tabela 15 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas	45
Tabela 16 - Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período	46
Tabela 17 - Ativos tangíveis – Adições	47
Tabela 18 - Ativos tangíveis – Diminuições	48
Tabela 19 - Ativos tangíveis - totalmente depreciados que ainda estão em uso (Município)	49
Tabela 20 - Ativos tangíveis - totalmente depreciados que ainda estão em uso (Gespacos)	49
Tabela 21 - Locações Operacionais	54
Tabela 24 - Imparidade de Ativos	56
Tabela 25 - Imparidades de Inventários	57
Tabela 26 - Inventários – Movimentos do período	58
Tabela 27- Rendimentos de transações com contraprestação	59
Tabela 28- Rendimentos de transação sem contraprestação	60
Tabela 29 - Provisões	61
Tabela 30 – Ativos financeiros	63
Tabela 31 – Passivos financeiros	63
Tabela 32 - Outras contas a receber e a pagar	64
Tabela 33 – Imparidade de clientes contribuintes e utentes	64
Tabela 34 - Entidades Controladas	65



Tabela 35 - Transações entre partes relacionadas	65
Tabela 36 - Saldos devedores e credores ao Estado e outros entes públicos	67
Tabela 37- Rendimentos do período	67
Tabela 38 - Gastos do período	68
Tabela 39 - Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) mais relevantes	68
Tabela 40 – Gastos com pessoal	69
Tabela 41 - Mais valia no Aumento Capital em 2010	69
Tabela 42 – Endividamento consolidado	70
Tabela 43 - Aplicação do MEP à participação na Município	71
Tabela 44 – Responsáveis pelas demonstrações financeiras	71



RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO



CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO E TERMOS USADOS

1. INTRODUÇÃO/ENQUADRAMENTO LEGAL

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, determina a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou em que nelas sejam participante no seu capital.

O diploma introduziu assim um instrumento de gestão que permite avaliar a verdadeira posição financeira e os resultados do grupo autárquico. A consolidação complementa a informação das contas individuais, evidencia a forma de financiamento do grupo e, essencialmente aumenta a transparência das contas públicas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo” e cujo âmbito inclui os municípios, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Em 2020, e pela primeira vez, foi utilizado este novo referencial contabilístico, que permitiu uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC aplicado no contexto empresarial local.

Dar nota que as contas consolidadas deverão ser ainda remetidas ao Tribunal de Contas, em conformidade com o disposto no n.º 4, do art. 52º da Lei n.º 20/2015, de 9/3, até 30 de Agosto do ano seguinte àquele a que dizem respeito.

2. GLOSSÁRIO DE TERMOS

Em termos de glossário, os conceitos utilizados na consolidação de contas são os que a seguir se apresentam:

- a) “Entidade que controla” - uma entidade que controla uma ou mais entidades controladas, no caso o Município;
- b) “Entidade controlada” - uma entidade que está sob o controlo de uma outra entidade;
- c) “Grupo público” - o conjunto constituído pela entidade mãe e pelas entidades controladas;
- d) “Perímetro de Consolidação” – Abrange o conjunto de entidades relativamente às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.
- e) “Controlo” - o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades;



- f) “Influência significativa” o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais da participada sem exercer o controlo sobre essas políticas;
- g) “Demonstrações financeiras consolidadas” as demonstrações financeiras de um grupo público apresentadas como se de uma única entidade se tratasse;
- h) RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais – previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e respetivas alterações.
- i) NCP-1 – “Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras”
- j) NCP4 – “Acordos de Concessão de Serviços”
- k) NCP 7 – “Custo de Empréstimos Obtidos”
- l) NCP 9 – “Imparidade de Ativos”
- m) NCP 13 – “Rendimento de Transações com Contraprestação”
- n) NCP 15 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”
- o) NCP 20 – “Divulgação de Partes Relacionadas”
- p) NCP 22 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”
- q) NCP 26 – “Contabilidade e Relato Orçamental”



CAPÍTULO II - GRUPO AUTÁRQUICO

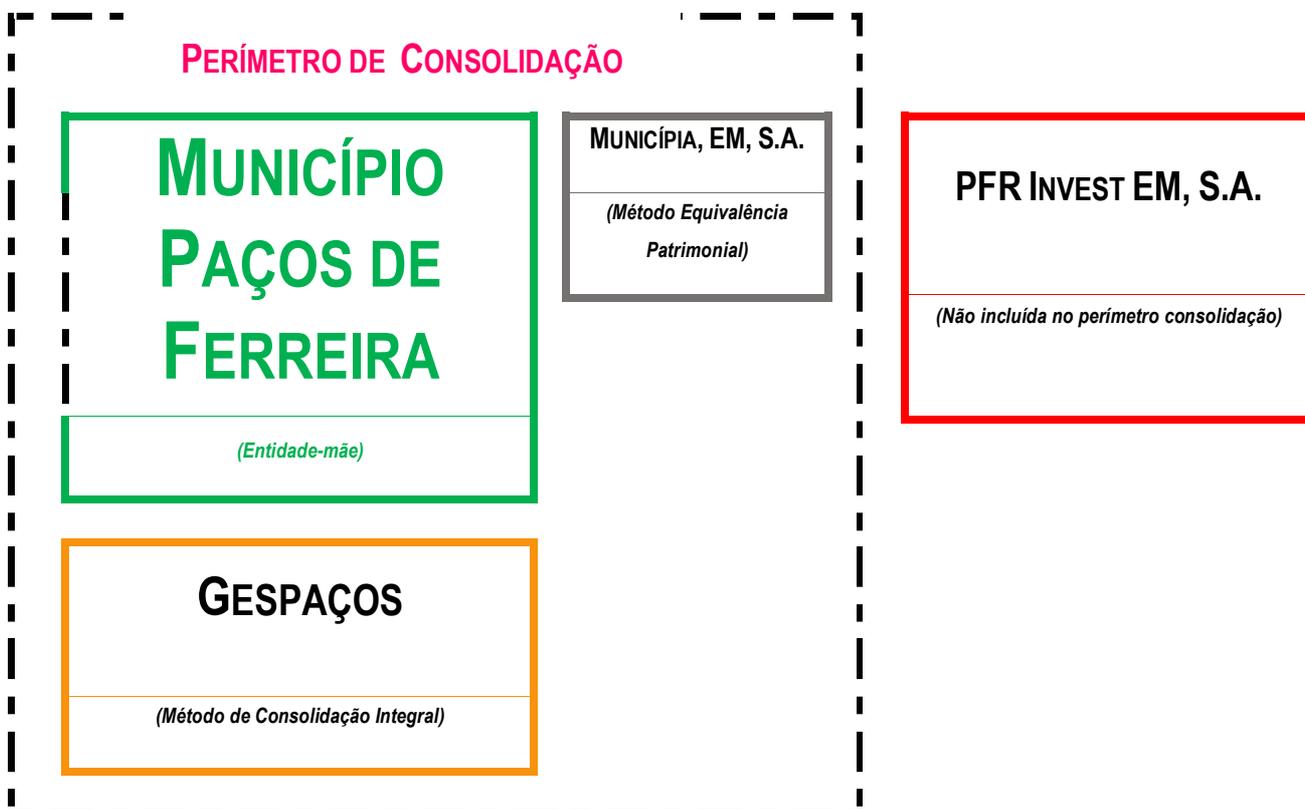
1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E MÉTODOS A APLICAR

O Município de Paços de Ferreira (entidade-mãe) detém participação em diversas empresas municipais que integram o Setor Empresarial Local (SEL) do concelho, bem como outras entidades locais, não tendo ocorrido alterações no exercício nas suas participações ou no poder de decisão nessas entidades.

Para definição do perímetro de consolidação foi usado o Mapa das Entidades Societárias e Entidades Não Societárias, enquadrando com a legislação aplicável e explicado o seu enquadramento estando mais detalhadamente explicado no Anexo ao Balanço e Demonstração Resultados Consolidada.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada. Um Grupo Público é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas. O SNC-AP não estabelece explicitamente os pressupostos de presunção de controlo, no entanto, para a administração local, os mesmos estão previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75º do RFALEI.

De uma forma esquematizada e simples apresentamos o perímetro de consolidação/grupo autárquico:





2. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

2.1. Homogeneização

- a) Homogeneização temporal da informação financeira – as contas das entidades a consolidar deverão reportar-se ao mesmo período temporal. Se durante o exercício económico uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, as suas demonstrações financeiras não deverão ser incluídas nas contas consolidadas com referência a 31 de dezembro;
- b) Homogeneização valorativa da informação financeira – as entidades incluídas no perímetro de consolidação devem converter os seus critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público. Se algum elemento materialmente relevante for mensurado por método que não cumpra o requisito de uniformidade estabelecido, esse elemento deverá ser objeto de reclassificação ou remensuração, unicamente para efeitos de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas;
- c) Homogeneização de operações internas – necessidade de eventuais correções nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente, decorrentes de saldos ou fluxos não coincidentes entre entidades que integram o perímetro de consolidação;
- d) Homogeneização para realizar a agregação – sempre que a estrutura das demonstrações financeiras anuais de uma entidade a consolidar não coincida com a das demonstrações financeiras consolidadas deverão efetuar-se as necessárias reclassificações às contas anuais individuais.

2.2. Agregação

Respeita à operação inicial de integração de saldos das entidades a consolidar. Consiste na soma dos elementos do ativo, capitais próprios e passivos (Balanço), bem como dos elementos de resultados (Demonstração Resultados) depois de homogeneizadas as informações individuais.

2.3. Eliminação de Operações Internas

As operações internas entre entidades que fazem parte do mesmo grupo público devem ser eliminadas.

Para que o Grupo seja visto como uma única entidade, no momento em que são preparadas as DF consolidada, devem ser eliminados saldos, transações e resultados não realizados, provenientes de operações entre entidades contidas no perímetro de consolidação.



De uma forma geral, ao eliminar as operações intra-grupo, como sejam dívidas, gastos/perdas, rendimentos/ganhos, que tiveram lugar apenas por força das relações entre as entidades do grupo, pretende-se que os resultados consolidados apenas representem operações externas – operações entre o grupo e o exterior. Sendo eliminadas as operações internas, as DF's consolidadas cumprem o seu principal objetivo de apresentar o grupo como se de uma única entidade se tratasse, pois evidencia apenas as operações externas.

2.4. Métodos de Consolidação

Os métodos de consolidação são: Método de Consolidação Integral (MCI), Método de Consolidação Proporcional (MCP) e Método de Equivalência patrimonial (MEP), que são aplicados consoante o tipo de controlo exercido pela empresa-mãe nas suas participadas.

Com base nas contas individuais das entidades consolidadas, e aplicados os ajustamentos e operações de consolidação segundo os métodos apresentados no ponto 4 foram produzidos os documentos do Grupo Municipal: Balanço Consolidado, Dem. Resultados e Fluxos de Caixa Consolidadas e ainda mapa de endividamento curto e médio e longo prazo do grupo municipal.



CAPÍTULO III - ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. BALANÇO CONSOLIDADO SINTETIZADO

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

Das Demonstrações Financeiras que podemos analisar, o Balanço é aquele que melhor demonstra a situação estrutura económico-financeira de uma entidade, uma vez que neles estão presentes, os Ativos, constituído pelos bens e direitos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira.

Tabela 1 – Evolução do Ativo 2023

COMPONENTES DO ATIVO	2023	2022	▲ €	▲ %
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	169.903.892,66	164.694.892,77	5.208.999,89	3,163%
Ativos intangíveis	117.501,92	17.791,31	99.710,61	560,446%
Participações financeiras	1.031.361,03	1.031.933,49	-572,46	-0,055%
Diferimentos	784,80	14.690,12	-13.905,32	-94,658%
Outros ativos financeiros	7.429,05	7.145,39	283,66	3,970%
Ativo não corrente	171.060.969,46	165.766.453,08	5.294.516,38	3,194%
Inventários	348.192,26	343.568,67	4.623,59	1,346%
Devedores por transferências e subsídios	742.338,78	52.680,17	689.658,61	1309,143%
Clientes, contribuintes e utentes	216.769,28	161.079,95	55.689,33	34,572%
Estado e outros entes públicos	178,20	11.390,81	-11.212,61	-98,436%
Outras contas a receber	7.537.427,23	7.082.072,84	455.354,39	6,430%
Diferimentos	132.386,07	88.692,59	43.693,48	49,264%
Caixa e depósitos	8.237.764,59	4.238.640,70	3.999.123,89	94,349%
Ativo corrente	17.215.056,41	11.978.125,73	5.236.930,68	43,721%
Total do Ativo	188.276.025,87	177.744.578,81	10.531.447,06	5,925%

Em 2023 o ativo das contas consolidadas atingiu os 188 milhões de euros, que representa um aumento de 10 milhões de euros face ao ano anterior (5,925%). A variação ocorrida engloba o ativo não corrente e ativo corrente, ambos um pouco acima dos 5 milhões de euros, sendo que as componentes responsáveis por essa variação foram os grandes investimentos que o município tem vindo a executar e a caixa e depósitos do lado do ativo corrente.

Concluimos que o grupo consegue aumentar significativamente o seu ativo fixo e ainda assim aumentar a liquidez a sua liquidez.



Tabela 2 – Evolução do Património Líquido 2023

COMPONENTES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2023	2022	▲ €	▲ %
Património/Capital	88.336.797,42	88.336.797,42	0,00	0,000%
Reservas	1.278.608,67	1.278.608,67	0,00	0,000%
Resultados transitados	-49.811.760,45	-50.851.575,57	1.039.815,12	-2,045%
Ajustamentos em ativos financeiros	6.653,18	8.969,99	-2.316,81	-25,828%
Outras variações no Património Líquido	41.170.038,86	39.073.927,27	2.096.111,59	5,364%
Resultado líquido do período	1.058.522,84	938.520,89	120.001,95	12,786%
Total do Património Líquido	82.038.860,52	78.785.248,67	3.253.611,85	4,130%

A rubrica de resultados transitados registou uma variação positiva, na ordem do milhão de euros.

Também a rubrica outras variações do património líquido apresentou um aumento de 2 milhões de euros, sendo que este aumento resultou da transferência de competências decorrentes da Lei n.º 50/2018 e também do incremento das transferências de capital recebidas pelo município no âmbito dos projetos cofinanciados.

Por seu lado o resultado líquido consolidado do período atingiu em 2023 o valor de 120 mil euros, verificando-se uma variação de 12,786 %.

Tabela 3 – Evolução do Passivo 2023

COMPONENTES DO PASSIVO	2023	2022	▲ €	▲ %
Provisões	51.194.412,57	51.194.412,57	0,00	0,000%
Financiamentos obtidos	31.497.958,02	32.808.155,59	-1.310.197,57	-3,994%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	
Diferimentos	62.692,44	62.692,44	0,00	0,000%
Passivos por impostos diferidos	11.535,00	17.995,80	-6.460,80	-35,902%
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	
Outras contas a pagar	717.548,75	585.289,26	132.259,49	22,597%
Passivo não corrente	83.484.146,78	84.668.545,66	-1.184.398,88	-1,399%
Credores por transferências e subsídios concedidos	1.500,00	10.418,46	-8.918,46	-85,602%
Fornecedores	232.968,83	196.070,73	36.898,10	18,819%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	
Estado e outros entes públicos	438.653,53	340.356,07	98.297,46	28,881%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	
Financiamentos obtidos	3.342.681,70	3.199.598,63	143.083,07	4,472%
Fornecedores de investimentos	558.293,49	45.054,51	513.238,98	1139,151%
Outras contas a pagar	3.102.974,95	2.647.014,53	455.960,42	17,225%
Diferimentos	15.075.946,07	7.852.271,55	7.223.674,52	91,995%
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Passivo corrente	22.753.018,57	14.290.784,48	8.462.234,09	59,215%
Total do Passivo	106.237.165,35	98.959.330,14	7.277.835,21	7,354%

No que concerne ao *Passivo*, importa salientar que se mantém a provisão constituída no valor de 50 milhões de euros em face do memorando de entendimento estabelecido entre o **Município e ADPF- Águas Paços de Ferreira S.A.**, onde as subscritoras estabeleceram um acordo quanto aos princípios a adotar na reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato.



O valor apresentado relativamente a fornecedores de investimento, que registou uma variação grande de 1139,151 % justifica-se pela contabilização de faturas de obras a decorrer, faturadas nos últimos dias do exercício de 2023, e que não foi possível ainda no exercício proceder à sua regularização, de modo a apresentar um valor mais próximos de 2022. Verifica-se um aumento de + 7,2 milhões de euros nos diferimentos resultante das transferências de fundos comunitários relativos a obras em curso.



2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA (SINTETIZADA)

Tabela 4 – Rendimentos consolidados 2023

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	▲ €	▲ %
Impostos, contribuições e taxas	12.356.446,46	11.310.455,53	1.045.990,93	9,25%
Vendas	1.365,03	2.216,13	-851,10	-38,40%
Prestações de serviços e concessões	2.356.932,77	2.054.917,91	302.014,86	14,70%
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	20.700.685,13	17.615.013,99	3.085.671,14	17,52%
Reversões	143.804,15	42.208,99	101.595,16	240,70%
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos	3.796.186,20	2.952.742,24	843.443,96	28,56%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	19.039,48	40.189,72	-21.150,24	-52,63%
Total Rendimentos....	39.374.459,22	34.017.744,51	5.332.806,54	15,68 %

Tabela 5 – Gastos consolidados 2023

GASTOS	31/12/2023	31/12/2022	▲ €	▲ %
Transferências e subsídios concedidos	4.328.639,39	3.669.949,08	658.690,31	17,948%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	779.569,23	667.465,59	112.103,64	16,795%
Fornecimentos e serviços externos	9.749.046,27	8.095.791,94	1.653.254,33	20,421%
Gastos com pessoal	16.566.385,12	13.215.643,41	3.350.741,71	25,354%
Gastos de depreciação e de amortização	5.080.805,80	6.023.429,41	-942.623,61	-15,649%
Perdas por imparidade	36.711,96	56.522,80	-19.810,84	-35,049%
Perdas por reduções de justo valor				
Provisões do período		50.000,00	-50.000,00	-100,000%
Outros gastos	1.246.266,79	920.628,12	325.638,67	35,371%
Gastos por juros e outros encargos	499.366,85	370.296,75	129.070,10	34,856%
Total Gastos....	38.286.791,41	33.069.727,10	5.217.064,31	15,776%

Em 2023, rendimentos e gastos tiveram oscilações idênticas, crescendo ambos um pouco acima de 15,5%.

A rubrica de impostos e taxas teve um aumento de 9,25%, registrando um incremento de 1 milhão de euros, os impostos arrecadados pelo Município, que corresponde, essencialmente, ao aumento dos rendimentos relativos ao imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT).

Em convergência com as rubricas anteriores também as transferências e subsídios obtidos, apresentaram um acréscimo de 3 milhões de euros, contribuindo significativamente para o aumento dos rendimentos em 2023. Este aumento corresponde, essencialmente, às transferências de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, nomeadamente na área da Educação, Ação Social e Cultura.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal. Comparativamente com o período de 2022, os fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento de 1,6 milhões de euros e os gastos com o pessoal um aumento



de 3,3 milhões de euros devido aos aumentos legais na Função Pública, bem como a contratação de pessoal, o que representa um crescimento de 20,42% e 25,35%, respetivamente.

3. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA (SINTETIZADA)

Tabela 6 – Fluxos de caixa consolidados sintetizados 2023

Rubricas	2023	2022
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.238.640,70	4.185.489,88
Fluxos de caixa das atividades operacionais	3.493.945,30	4.656.934,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento	2.153.848,07	-1.280.758,54
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-1.648.669,48	-3.323.024,73
Variação de caixa e seus equivalentes	3.999.123,89	53.150,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.237.764,59	4.238.640,70

Como conclusão podemos verificar que, o saldo final de gerência, teve um aumento significativo face ao ano anterior. Este indicador continua a ser bastante positivo demonstrando a liquidez de que dispõe o grupo no exercício.

4. INDICADORES DE GESTÃO

Tabela 7 - Indicadores de gestão

INDICADORES	2023	2022	VAR%
RENTABILIDADE			
Rentabilidade Património Líquido (RLE / Património Líquido)	1,29%	1,19%	0,10%
Rentabilidade do Ativo (Resultado Líquido / Ativo)	0,56%	0,53%	0,03%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo)	77,22%	79,61%	-2,39%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	43,57%	44,32%	-0,75%
Endividamento (Passivo / Ativo)	56,43%	55,68%	0,75%
LIQUIDEZ			
Reduzida (Ativo corrente - (Inventários + Ativos Biológicos) / Passivo Corrente)	74,13%	81,41%	-7,28%
Geral (Ativo corrente / Passivo corrente)	75,66%	83,82%	-8,16%
Imediata (Disponibilidade / Passivo Corrente)	36,21%	29,66%	6,55%

Determinar indicadores de gestão e analisar os seus resultados é do ponto de vista da gestão uma forma de avaliar o desempenho e evolução da atividade do Grupo. Pelo facto de estabelecerem relações entre as contas das demonstrações



financeiras, Balanço e Demonstração de Resultados, permitem quantificar factos, detetar anomalias, e fazer comparações no tempo.

Regista-se neste exercício um aumento do rácio de liquidez imediata tendo os restantes diminuído, muito pelo aumento do passivo corrente. Ainda assim e em valor absoluto não é materialmente relevante pelo que continuamos a afirmar que o grupo tem liquidez o que comprova a capacidade do grupo em termos de continuidade das operações e futuro.

5. ENTIDADES DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS ENTIDADES PARTICIPADAS

O grupo público municipal é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas, abrangidas pelo perímetro de consolidação, conforme apresentado no ponto 4 do presente relatório.

Para definição do perímetro de consolidação podemos usar como suporte o Mapa das Entidades Societárias e Entidades Não Societárias, enquadrando seguidamente cada participação de acordo com o n.º 1 do art.º 19 da Lei 50/2012, de 31 de agosto e o art.º 75º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

A classificação/enquadramento de cada participação segundo estes diplomas, permite classificar cada participada como incluída ou excluída da consolidação, isto é, se está ou não dentro do perímetro de consolidação.

Relativamente ao método de consolidação a utilizar está também ele especificado no quadro. A sua aplicação está de acordo com o n.º 8 do art.º 75 da Lei 73/2013, de 3 de setembro que nos remete para a Portaria 474/2010 de 01 de julho.

5.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Tabela 8 - Entidades incluídas na consolidação

Classif	Denominação	NIF	Tipo Entidade	Capital Social/Estatutário (n/ conta 41)	Participação no final Exercício		Empresa Local ou participada?			Existência Controlo ou Presunção Controlo			Método Consolidação
					% partic.	Valor Nominal Subscrito/Realizado	Lei 50/2012			art.º 75 Lei 73/2013			Portaria 474/2010
							Empresa Local (art. 19º)	Setor empresarial local (art.º 7)	Participada (art. 3º e 51º)	n.º 4	n.º 5	n.º 6	
Societárias	GESPAÇOS	505317982	EPM	11.358.894,06 €	100,00%	11.358.894,06 €	X			X			Método Consolidação Integral
Societárias	Municipia, E.M., S.A. (a)	504475606	SA	3.236.678,67 €	0,77%	24.950,00 €		X				X	MEP

(a) Empresa Local que, de acordo com o art.º 7º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, integra o setor empresarial local e os serviços municipalizados, consolidada na proporção da participação, nos termos do n.º 6 do art.º 75 da Lei 73/2013.



À Gespaços, EM, S.A., foi aplicado o Método de Consolidação Integral dado que o município detém 100 % do seu capital, não existindo interesses minoritários.

Para a entidade na qual o município participa e reúne condições para o perímetro de consolidação, foi realizado movimento de equivalência patrimonial, atualizando o valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

5.2. Entidades excluídas do perímetro de consolidação

Entidades nas quais o Município detém uma participação inferior a 20% (com exceção da PFR Invest, EM, S.A.) foram excluídas do perímetro de consolidação estando a participação financeira das mesmas relevada em termos contabilísticos ao Custo Histórico. As entidades associadas, cuja participação é inferior a 20%, estão mensuradas ao valor de aquisição. Nas situações em que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico terá de ser criada provisão no sentido de expressar contabilisticamente essa desvalorização. As entidades abaixo apresentadas com participação superior a 20% foram dispensadas.

Tabela 9 - Entidades excluídas da consolidação

Classif	Denominação	NIF	Capital Social/Estatutário	% partic.	Valor Nominal Subscrito/Realizado	Sede Social
Societárias	PFR INVEST, EM, S.A.	508278279	600.000,00 €	100,00%	600.000,00 €	Praça da República 4590-527 PAÇOS DE FERREIRA
Societárias	Águas do Douro e Paiva, S.A.	503537624	20.902.500,00 €	1,90%	227.850,00 €	4050-626 Porto
Societárias	Carnagri - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, S.A.	501831894	6.600.000,00 €	0,84%	55.300,00 €	Lugar da Carreira de Tiro 4560- PENAFIEL
Não Societárias	Profisousa - Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa	504616129	59.885,76 €	37,48%	22.445,21 €	Av. Dr. Nicolau Carneiro, 196 4590-512 PAÇOS DE FERREIRA
Não Societárias	Moveltext, Centro de C. I. Empresas	507065743	200.000,00 €	27,27%	54.540,00 €	Av. Dr. Nicolau Carneiro, 196 4590-512 PAÇOS DE FERREIRA

Relativamente à empresa PFR Invest, EM, S.A., encontrava-se em Processo de Insolvência n.º 169/15.0 T8AMT, pelo que não foram elaboradas Demonstrações Financeiras, nem foram prestadas contas desde 2014 até à presente data. Em Fevereiro de 2017 foi emitida a sentença de insolvência da empresa. No entanto, e dada a participação de 100% do Município nesta empresa, caso fosse efetuada a consolidação o método seria o da Consolidação Integral. Dada a ausência de contas, não foi possível ao município efetuar a consolidação integral com a entidade.

Em relação à Profisousa, não é incluída no perímetro de consolidação, dado que não confere a obrigatoriedade de consolidação.



6. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Não houve situações que afetassem o resultado do exercício que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

7. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO

➤ O ano 2023 destaca-se pela saída do Plano Ajustamento Municipal (PAM).

1. Em 29 de novembro de 2016, ao abrigo do n.º 3 do artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto (regime jurídico da recuperação financeira municipal) na sua atual redação, o Município de Paços de Ferreira apresentou ao FAM uma proposta de Plano de Ajustamento Municipal (PAM);
2. A proposta final de PAM foi aprovada pela Direção Executiva do FAM em 12 de abril de 2017, após audição da Comissão de Acompanhamento, nos termos da alínea c) do artigo 9.º da LFAM;
3. Na sua sessão ordinária de 24 de abril de 2017, sob proposta do executivo e nos termos do artigo 26.º n.º 1 da LFAM, o PAM veio a ser aprovado pelo Órgão Deliberativo do Município;
4. Com fundamento no previsto no artigo 23.º, n.º 4 da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, na sua redação atual, em consequência do Município ter reduzido o seu endividamento municipal para um montante inferior ao limite estabelecido no n.º 1, do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em 17 de Abril de 2023, a Câmara Municipal aprovou a formalização do pedido de cessação do Programa de Ajustamento Municipal de Paços de Ferreira;
5. Foram concluídos todos os procedimentos administrativos necessários adotar pelo Município no sentido do Fundo de Apoio Municipal (FAM) aprovar a cessação do PAM, nomeadamente:
 - ✓ Aprovação da Prestação de Contas pelos órgãos municipais do ano em que se verifica o cumprimento do limite legal previsto no artigo 52.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
 - ✓ Relatório de monitorização reportado a 31 de dezembro de 2022 que se reporta ao limite legal de endividamento previsto no artigo 52.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
 - ✓ Declaração solicitada pelo Município à Direção Geral das Autarquias Locais que demonstra o cumprimento do limite legal de endividamento;
 - ✓ Deliberação da Câmara Municipal a aprovar o pedido de cessação do PAM;
6. Foi elaborado parecer sobre o pedido formulado pelo Município pela Direção executiva do Fundo de Apoio Municipal a 24 de Julho de 2023, para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 9.º da alínea d) da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, e submetido à Comissão de Acompanhamento do FAM, de acordo com o previsto no artigo 11.º, n.º 1, alínea a) da referida Lei;



7. A Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal **aprovou em 20 de setembro de 2023 o pedido de Cessação do PAM**, após pronúncia favorável da Comissão de Acompanhamento, tendo nesse mesmo dia informado o Município da referida deliberação, remetendo simultaneamente os respectivos documentos a submeter aos Órgãos Municipais.

8. A 28 de setembro de 2023, o MPF assinou o contrato de Cessação do PAM.

➤ Devido à continuidade da **guerra da Rússia contra a Ucrânia**, verifica-se ainda a manutenção dos preços elevados dos produtos energéticos, bem como uma elevada taxa de inflação, que continua a ter um grande impacto nas contas do Município, nomeadamente na revisão de preços de várias empreitadas. Contudo e atendendo à boa saúde financeira das contas municipais, foi possível enfrentar mais este problema, o qual tem origem em fatores exógenos continuando, de uma forma sustentada, a consolidação das finanças do Município.

➤ Destacar ainda que, o MPF se encontra na **fase final da Valorização Patrimonial, Cadastro e Avaliação de determinados bens imóveis do Município.**

Este trabalho visa implementar de um modelo de gestão e valorização patrimonial, através da elaboração de um modelo de dados, procedimentos para gestão e controlo do seu património, bem como, realização da avaliação de determinados bens imóveis do domínio público e estimativa de vidas úteis remanescentes e a preparação de ficheiros para integração dos dados no módulo de gestão patrimonial utilizado (**AIRC**), de forma a introduzir maior eficiência interna na Gestão e Valorização do seu Património e nos investimentos realizados. Prevê-se que este trabalho esteja terminado para meados do maio de 2024.



8. FATOS OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Mantemos a preocupação com o que o efeito da Guerra pode causar na sustentabilidade das nossa contas, nomeadamente no efeito do aumento generalizado dos preços dos bens e serviços e principalmente o impacto no orçamento das famílias.

Além do que é referido, não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2023. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS



A Gespaços não dispõe de contabilidade orçamental e por esse motivo, as contas orçamentais consolidadas são iguais às individuais.

Para melhor compreensão, ver o anexo às demonstrações Orçamentais Individuais do Município e respetivos mapas orçamentais e anexos.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



1. BALANÇO CONSOLIDADO 2023

BALANÇO CONSOLIDADO			
Período: 01/01/2023 a 31/12/2023			
RUBRICAS	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	169.903.892,66	164.694.892,77
Propriedades de investimento	8		
Ativos intangíveis	3	117.501,92	17.791,31
Ativos Biológicos			
Participações financeiras	20	1.031.361,03	1.031.933,49
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos		784,80	14.690,12
Outros ativos financeiros		7.429,05	7.145,39
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		171.060.969,46	165.766.453,08
Ativo corrente			
Inventários	10	348.192,26	343.568,67
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios		742.338,78	52.680,17
Devedores por empréstimos bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes	18	216.769,28	161.079,95
Estado e outros entes públicos	23.1	178,20	11.390,81
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	7.537.427,23	7.082.072,84
Diferimentos		132.386,07	88.692,59
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1.2	8.237.764,59	4.238.640,70
		17.215.056,41	11.978.125,73
Total do Ativo		188.276.025,87	177.744.578,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio/Capital		88.336.797,42	88.336.797,42
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prêmios de emissão			
Reservas		1.278.608,67	1.278.608,67
Resultados transitados		-49.811.760,45	-50.851.575,57
Ajustamentos em ativos financeiros		6.653,18	8.969,99
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Patrimônio Líquido		41.170.038,86	39.073.927,27
Resultado líquido do período		1.058.522,84	938.520,89
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total do Patrimônio Líquido		82.038.860,52	78.785.248,67
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	51.194.412,57	51.194.412,57
Financiamentos obtidos	7	31.497.958,02	32.808.155,59
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos		62.692,44	62.692,44



Passivos por impostos diferidos		11.535,00	17.995,80
Fornecedores			
Outras contas a pagar	18	717.548,75	585.289,26
		83.484.146,78	84.668.545,66
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos		1.500,00	10.418,46
Fornecedores	18	232.968,83	196.070,73
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	23.1	438.653,53	340.356,07
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	3.342.681,70	3.199.598,63
Fornecedores de investimentos	18	558.293,49	45.054,51
Outras contas a pagar	18	3.102.974,95	2.647.014,53
Diferimentos		15.075.946,07	7.852.271,55
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		22.753.018,57	14.290.784,48
Total do Passivo		106.237.165,35	98.959.330,14
Total do Patrimônio Líquido e Passivo		188.276.025,87	177.744.578,81



2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA 2023

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADA

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e taxas		12.356.446,46	11.310.455,53
Vendas	13	1.365,03	2.216,13
Prestações de serviços e concessões	13	2.333.024,60	2.054.917,91
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		3.216,18	-8.068,99
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	20.700.685,13	17.615.013,99
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-779.569,23	-667.465,59
Fornecimentos e serviços externos	23	-9.749.046,27	-8.095.791,94
Gastos com pessoal	23.5	-16.566.385,12	-13.215.643,41
Transferências e subsídios concedidos		-3.967.740,94	-3.388.628,17
Prestações sociais		-360.898,45	-281.320,91
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	113.416,83	-53.764,81
Provisões (aumentos/reduções)	15		-10.571,95
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		3.796.186,20	2.952.742,23
Outros gastos e perdas		-1.246.266,79	-912.559,12
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		6.634.433,63	7.301.530,90
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5.080.805,80	-6.023.406,46
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1.553.627,83	1.278.124,44
Juros e rendimentos similares obtidos		9.498,66	40.189,72
Juros e gastos similares suportados		-499.366,85	-370.296,75
Resultado antes de impostos		1.063.759,64	948.017,41
Imposto sobre o rendimento		-5.236,80	-9.496,52
Resultado líquido do período		1.058.522,84	938.520,89



3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Descrição	Capital / Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período (1)	88.336.797,42	0,00	0,00	0,00	1.278.608,67	-50.851.575,57	8.969,99	0,00	39.073.927,27	938.520,89	78.785.248,67	0,00	78.785.248,67
Alterações no período													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.626,35	0,00	5.626,35	0,00	5.626,35
Realização do excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.642,28	98.642,28	0,00	98.642,28
Excedentes de revalorização e respetivas variações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-489.160,30	0,00	-489.160,30	0,00	-489.160,30
Correção de erros materiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.039.815,12	-2.316,81	0,00	2.579.645,54	-882.150,72	2.734.993,13	0,00	2.734.993,13
(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.039.815,12	-2.316,81	0,00	2.096.111,59	-783.508,44	2.350.101,46	0,00	2.350.101,46
Resultado Líquido do Período (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	949.899,89	949.899,89	0,00	949.899,89
Resultado Integral (4)=(2)+(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.039.815,12	-2.316,81	0,00	2.096.111,59	166.391,45	3.300.001,35	0,00	3.300.001,35
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital/património	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	88.336.797,42	0,00	0,00	0,00	1.278.608,67	-49.811.760,45	6.653,18	0,00	41.170.038,86	1.058.522,84	82.038.860,52	0,00	82.038.860,52



4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS 2023

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA		
Período findo em 31 de Dezembro de 2023		
Valores em €		
Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	2.503.904,48	2.175.793,12
Recebimentos de contribuintes	11.095.218,24	10.288.604,27
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	20.630.185,38	17.502.096,68
Recebimentos de utentes	1.120.449,01	1.079.839,62
Pagamentos a fornecedores	-11.444.057,54	-9.685.477,96
Pagamentos ao pessoal	-15.589.295,69	-12.715.810,09
Pagamentos a contribuintes / Utentes		
Pagamentos de transferências e subsídios	-4.224.043,39	-2.483.314,43
Pagamentos de prestações sociais	-56.822,29	-1.105.458,85
Caixa gerada pelas operações	4.035.538,20	5.056.272,36
Recebimento do imposto sobre o rendimento		1.486,76
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-6.696,53	
Outros recebimentos	431.274,57	528.062,94
Outros pagamentos	-966.170,94	-928.887,97
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	3.493.945,30	4.656.934,09
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-7.138.722,44	-4.279.099,19
Ativos intangíveis	-123.639,13	-15.906,96
Propriedades de investimento		
Investimentos financeiros		-38.496,25
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	33.131,48	41.857,59
Ativos intangíveis		
Propriedades de investimento	1.233.032,60	1.164.386,18
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento	6.402.823,74	806.380,28
Transferências de capital	1.737.681,00	1.034.039,00
Juros e rendimentos similares		
Dividendos	9.540,82	6.080,81
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	2.153.848,07	-1.280.758,54
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		251.449,59
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-1.167.114,50	-3.226.243,09
Juros e gastos similares	-481.554,98	-348.231,23
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)	-1.648.669,48	-3.323.024,73



Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	3.999.123,89	53.150,82
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.238.640,70	4.185.489,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.237.764,59	4.238.640,70
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.238.640,70	4.185.489,88
- Equivalentes a caixa no início do período	-848.761,46	-1.419.566,88
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	1.558.786,03	1.557.436,20
- Variações cambiais de caixa no início do período	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior	4.238.640,70	4.185.489,88
De execução orçamental	2.749.159,24	2.727.453,98
De operações de tesouraria	1.489.481,46	1.458.035,90
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.237.764,59	4.238.640,70
- Equivalentes a caixa no fim do período	-5.349.995,22	-1.558.786,03
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa	5.349.995,22	1.558.786,03
- Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte	8.237.764,59	4.238.640,70
De execução orçamental	6.737.587,89	2.749.159,24
De operações de tesouraria	1.500.176,70	1.489.481,46



5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1) - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1) - Identificação da entidade, período de relato

A informação relativa ao grupo segue abaixo. Note-se que para mais detalhe sobre a entidade mãe (Câmara Municipal), sugere-se a consulta das contas individuais já apresentadas e aprovadas no mês de Abril/2024.

Município de Paços de Ferreira	
Denominação	Município de Paços de Ferreira
NIPC	502 173 297
Sede Social	Praça da República, 46 4590-527 Paços de Ferreira
Objeto Social	Autarquia Local
Data Fecho Contas	31/12/2023
Órgão Executivo	PRESIDENTE Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito VEREADORES Paulo Jorge Rodrigues Ferreira (Vice-Presidente) Joaquim Adelino Moreira Sousa Júlio Miguel Teixeira Morais Artur Alexandre Soares Costa Silvia Maria Costa Ferreira Luís Miguel Santos Martins
Sistema Contabilístico	SNC-AP

Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.	
NIPC	505 317 982
Sede Social	Rua Capitão da Praça, 145 4590-570 Paços de Ferreira
Objeto Social	Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto
Data Fecho Contas	31/12/2023
Órgãos Sociais	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO Presidente Paulo Jorge Rodrigues Ferreira VOGAIS Maria Fernanda Ribeiro Monteiro Ana Maria Moreira Leal FISCAL ÚNICO EFETIVO BDO & ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Paulo Jorge de Sousa Ferreira
Sistema Contabilístico	SNC



Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	
NIPC	504 475 606
Sede Social	Taguspark - Edifício Ciência II, nº 11- 3º B 2740-120 PORTO SALVO
Objeto Social	Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.
Data Fecho Contas	31/12/2023
Órgãos Sociais	ASSEMBLEIA GERAL Presidente Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos CONSELHO ADMINISTRAÇÃO Presidente Luís Miguel dos Reis Silva (Rep. CM Oeiras) Administradores/Vogais Maria Madalena Pereira da Silva Castro (Rep. CM Oeiras) João Pedro Brito da Silva (Rep. CM Gaia) FISCAL ÚNICO Diz & Associados, SROC, representada por Joaquim dos Santos Silva
Sistema Contabilístico	SNC

1.2) - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/20015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade mãe.

A Gespaços, por sua vez, segue nos seus registos o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pela DL 15/2009, de 13 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiros (IFRS).

b) Derrogações de disposições dos normativos contabilísticos

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição previstas nos normativos que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.



c) Comparabilidade

Dado se tratar da segunda consolidação após a mudança do normativo contabilístico no Município (de POCAL para SNC-AP) a comparabilidade das demonstrações tornou-se mais fácil, dado haver uma correspondência quase exata de planos.

d) A desagregação dos valores na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Tabela 10 - Desagregação de Caixa e Depósitos Bancários

Tipo disponibilidade	Valor
Caixa	420.130,67
Depósitos à Ordem	2.467.638,70
Depósitos à Ordem no Tesouro	0,00
Depósitos bancários à Ordem	2.467.638,70
Depósitos a prazo	0,00
Depósitos consignados	3.928.634,67
Depósitos de garantias e cações	1.421.360,55
TOTAL . . .	8.237.764,59

2) - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das normas vigentes, nomeadamente a NCP1.

A imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho económico e dos fluxos de caixa das demonstrações financeiras consolidadas é conseguida pela preparação das suas demonstrações financeiras individuais de acordo com princípios e critérios contabilísticos uniformes. A homogeneização da informação e a eliminação das operações internas das entidades que integram o grupo público é fundamental para assegurar a concretização dos objetivos inerentes à consolidação.

2.1) - Bases de mensuração usadas nas Dem. Financeiras

A apresentação e divulgação está de acordo com a NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.



2.2) - Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo método do custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

Na transição do ano para o novo normativo contabilístico, foram efetuadas reclassificações por parte da Câmara Municipal, tendo por base o classificador complementar 2 (CC2). Todos os bens do ativo fixo tangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo, com exceção de dois bens de propriedades de investimento que foram mensurados pelo justo valor.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes (ou linha reta), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis em curso, quando aplicável, referem-se a ativos em fase de construção, sendo registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar, de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O rendimento (ou o gasto) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o preço de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para o desenvolvimento dos mesmos.

Os intangíveis encontram-se registados pelo método do custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo deduzido de amortizações e de perdas por imparidade acumuladas.



Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo, não tendo havido alterações na forma como são reconhecidas, nem na forma como são determinadas eventuais perdas por imparidade.

Contas a receber

As contas a receber de clientes, contribuintes e utentes ou outros devedores são reconhecidas ao custo amortizado, usando o método do juro efetivo, deduzido ainda de perdas por imparidade registadas quando exista evidência e probabilidade suficientes para considerar a não cobrabilidade dos montantes em dívida. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

As imparidades são calculadas com base no princípio da prudência.

No caso específico das dívidas associadas à atividade do Município, consideram-se de cobrança duvidosa as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de não recebimento seja devidamente justificado, sendo o seu montante anual acumulado, determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- 100% Para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo de elevada liquidez.

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período como gasto, numa base do acréscimo, conforme o disposto na NCP 7.



Especialização do Período

Os rendimentos e gastos são tratados de acordo com o princípio da especialização, à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e o correspondente reconhecimento em resultados do período são registadas nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.3) - Julgamentos do órgão de gestão na aplicação das políticas contabilísticas com impacto nas Dem. Fin.

Não aplicável

2.4) - Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com o novo normativo contabilístico.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

No entanto, salientamos que existe um diferendo entre o Município de Paços de Ferreira e a empresa Águas de Paços de Ferreira (ADPF) sobre a reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão, ao abrigo da Cláusula 86.^a do Contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Paços de Ferreira celebrado em 30 de Junho 2004, que importa avaliar.

A 09/01/2013, a ADPF apresentou um pedido de negociações com vista à reposição do equilíbrio económico-financeiro fundamentado na variação negativa superior a 20% do valor dos caudais de água abastecida aos utilizadores, por referência aos valores considerados no Caso Base, tendo quantificado a referida reposição num montante que daria origem a uma compensação financeira única de 101.858.085€, valor que este executivo não achou correto.

Entretanto, a ADPF e a CMPF foram efetuando reuniões técnicas com vista à celebração de um acordo que, simultaneamente, pusesse termo ao diferendo em apreço e procedesse a correções ao clausulado do contrato inicial que evitasse, no futuro, novos pedidos de reequilíbrio financeiro nos termos ora reclamados.

No entanto, o enquadramento em apreço alterou-se significativamente durante o exercício económico de 2015, com a celebração de um memorando de entendimento entre as duas Entidades que foi objeto de aprovação por parte da Câmara e Assembleia Municipal de Paços de Ferreira (28/12/2015), restando que o referido documento fosse validado pelo Tribunal de Contas e fosse possível obter a competente cobertura financeira por parte do Fundo de Apoio Municipal.



Em conclusão, o valor de 50.000.000€1 (cinquenta milhões de euros), refletido nas contas do Município, tem suporte no Memorando de Entendimento (MdE), aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 28/12/2015, celebrado entre o MPF e a Concessionária Águas de Paços de Ferreira, S.A., o qual tem por objeto o contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Paços de Ferreira.

Entretanto, em outubro de 2019, a Concessionária requereu constituição da Comissão Paritária Arbitral para julgamento de diferendo emergente da execução do Contrato resultante da aplicação do novo tarifário a partir de 1/05/2017, tendo a mesma sido constituída em fevereiro de 2020.

Em setembro de 2020 o Município interpôs recurso jurisdicional da decisão supra referida, junto do Tribunal Central Administrativo do Norte, o qual ainda corre termos, nesse mesmo Tribunal.

Em maio de 2022 o Tribunal Arbitral proferiu acórdão arbitral (“Acórdão Arbitral”), pelo qual o tribunal decidiu considerar procedente o pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro efetuado pelas ADPF, mediante o pagamento pelo Município de um montante cujo valor final teria de ser determinado no momento de liquidação da sentença pois carecia de, previamente, se proceder à revisão do caso base apresentado no âmbito deste processo.

O Município de Paços de Ferreira não se conformando com o referido Acórdão Arbitral, em junho de 2022, interpôs recurso jurisdicional, junto do Tribunal Central Administrativo Norte (TCA-N), o qual corre ainda os seus termos.

A Concessionária, por sua vez, deduziu junto do Tribunal Arbitral incidente visando a liquidação do montante suprarreferido, apresentando para tal um novo modelo que, alegadamente, sustentaria o montante a pagar pelo Município. Neste contexto, o tribunal determinou a realização de uma perícia económico-financeira relativamente ao incidente de liquidação e, em especial, ao documento que suporta tal pedido, processo este que ainda está em curso.

Não concordando com o referido incidente de liquidação, em setembro de 2022, o Município de Paços de Ferreira Concedente, veio a interpor recurso jurisdicional do mesmo, junto do TCA-N, o qual ainda corre os seus termos.

Simultaneamente, por deliberação da Assembleia Municipal de Paços de Ferreira, tomada na sessão de 4/08/2022, foi determinado o início do procedimento tendente à rescisão do Contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Paços de Ferreira.

Posteriormente, as partes celebraram um acordo de suspensão dos processos arbitrais e judiciais pendentes supra identificados, bem como o processo de rescisão do Contrato, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco), prazo entretanto prorrogado, que tem por objetivo desenvolver um trabalho conjunto tendente a alcançar um acordo de reequilíbrio económico financeiro da Concessão que permita pôr termo a todos os litígios judiciais e arbitrais pendentes entre as Partes.

O trabalho supra referido veio a culminar no alcançar de um acordo entre as partes (ainda não aprovado pelo órgãos competentes) quanto aos termos da reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão, isto é, as Partes chegaram a acordo relativamente às modalidades de reposição a adotar, englobando todos os eventos ocorridos, desde a celebração do Contrato até à presente data.



No caso, as modalidades de reposição acordadas pelas Partes, e necessárias para a reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão serão a alteração do prazo do Contrato, alteração do Tarifário e eliminação da retribuição do Concedente, pelo que não implicará o pagamento de qualquer importância à Concessionária.

O acordo alcançado permite também a adaptação do Contrato à legislação em vigor, em particular, ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

O referido acordo prevê, entre outros, a extinção dos processos em curso, logo que se verifiquem as respetivas condições de produção de efeitos, uma das quais é a obtenção de parecer prévio da ERSAR.

Tendo em vista a verificação dessa condição e para cumprimento da lei, o documento que titula os termos da reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão foi já enviado para a ERSAR, sendo que, no momento de elaboração dos documentos de prestação de contas relativos a 2023, aguarda-se a emissão do respetivo parecer.

Após a obtenção do referido parecer e para que o acordo de reposição produza efeitos, será necessário que se verifiquem as restantes condições nele previstas e na própria lei.

Face ao que atrás foi exposto, isto é, tendo em conta os termos finais do acordo alcançado e, considerando que o mesmo ainda carece de aprovação final, optámos por manter inalterado o valor já refletido nas contas do Município.

Importa ainda falar sobre a empresa municipal Gespaços, E.M., na qual o Município de Paços de Ferreira é o único acionista. Os responsáveis do Município tomaram a decisão de efetuar uma aquisição de Prestação de Serviços para a Elaboração de Estudo e Respetivos Relatórios de Suporte à Eventual Tomada de Decisão de Dissolução da GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais EM – SA.

Tendo em conta que o quadro legal que presidiu à sua constituição, em 2001, sofreu uma profunda reestruturação ao longo dos últimos anos, importará fazer uma reavaliação sobre a pertinência de manter a “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto” sob o modelo de uma empresa municipal, ou se, em alternativa, se deverá caminhar para um modelo alternativo. Neste âmbito, o trabalho desenvolvido apresentou os caminhos alternativos para a evolução futura da GESPAÇOS, E.M.

Importa referir que, neste momento, a GESPAÇOS, E.M. tem sob a sua responsabilidade a gestão de um conjunto de infraestruturas na cidade de Paços de Ferreira, como sejam a rede Municipal de Piscinas, a rede Municipal de Pavilhões, a rede Municipal de Pavilhões Escolares, o Patidónimo, o parque Urbano de Paços de Ferreira, o Museu do Móvel e o Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, pelo que, qualquer que seja a decisão que venha a ser adotada, considerando a importância desta área de atividade para o Município, ela deverá ser suportada num estudo aprofundado que avalie as vantagens de uma eventual alteração do modelo de gestão até ao momento adotado, bem como as eventuais opções de futuro ao alcance do município, tendo em conta inclusivamente as alterações legislativas entretanto ocorridas, nomeadamente, no que concerne à descentralização de competências.



Assim, no atual contexto de **prestação de contas de 2023**, seria extemporâneo estar a efetuar qualquer lançamento provisional sobre uma matéria que como referimos ainda se encontra em fase final de avaliação, isto é, que ainda carece de decisão final/definitiva por parte dos Órgãos próprios do Município, nomeadamente, sobre a forma como uma hipotética Dissolução e Liquidação da empresa se irá concretizar.

Para além disso, considerando que se trata de Entidade que consolida com o Município de Paços de Ferreira, os seus dados acabam por estar refletidos no universo contabilístico do Município.

2.5) - Aplicação de NCP com efeitos em períodos anteriores ou futuros mas de quantia indeterminável

Não aplicável

2.6) - Principais fontes de incerteza das estimativas com risco de provocar alterações nos valores de ativos e passivos no período seguinte

Não aplicável.

2.7) - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente e futuros

Não aplicável.

2.8) - Erros materiais de períodos anteriores.

Não aplicável.



3) - ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1) - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Tabela 11 - Ativos Intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia bruta (2)	Depreciações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	691.296,19	673.504,88		17.791,31	815.946,38	698.444,46		117.501,92
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total . . .	691.296,19	673.504,88	0,00	17.791,31	815.946,38	698.444,46	0,00	117.501,92

Os gastos e reversões de amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na linha “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da Demonstração dos Resultados por Natureza.

3.2) - Quantia escriturada e variações do período

Tabela 12 - Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+...+(10)
		Adições (3)	Transf. Interna à entidade (4)	Revalorações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Dif. cambiais (9)	Diminuições (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	17.791,31	124.650,19					-24.939,58			117.501,92
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total . . .	17.791,31	124.650,19	0,00	0,00	0,00	0,00	-24.939,58	0,00	0,00	117.501,92



a) Adições

Tabela 13 - Ativos Intangíveis – Adições

RUBRICAS (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transf. ou troca (5)	Expropri. (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Dação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outras (11)	Total (12)=(2)+(3)+... +(11)
ATIVOS INTANGÍVEIS											
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projetos de desenvolvimento											
Programas de computador e sistemas de informação		124.650,19									124.650,19
Propriedade industrial e intelectual											
Outros											
Ativos intangíveis em curso											
Total . . .	0,00	124.650,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.650,19

b) Diminuições

Sem movimentos a apresentar.

3.3) - Excedente de revalorização

Sem movimentos a apresentar.

3.4) - Pesquisa e desenvolvimento

Sem movimentos a apresentar.



4) - ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

De acordo com a NCP 4, na tabela abaixo estão apresentadas as concessões de serviços (sendo o Grupo o concedente). Não ocorreram quaisquer pagamentos para o concessionário em virtude da concessão, mas sim, recebimentos relativos ao pessoal do município ao serviço da entidade, no caso da concessão com a ADPF, e recebimentos relativos à renda da concessão com a EDP Distribuição.

Tabela 14 – Acordos de concessão

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor Do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento	ADPF - Águas de Paços de Ferreira, S.A.	Infraestruturas e equipamentos afetos à atividade concessionada	35 A				
Concessão de Distribuição de Energia Elétrica baixa Tensão no Município Paços de Ferreira	EDP Distribuição- Energia, S.A.	Redes de distribuição energia elétrica baixa tensão e redes de Iluminação Pública	20A				
Total . . .				0,00	0,00	0,00	0,00

Com a implementação do SNC-AP, torna-se necessário o reconhecimento e mensuração de ativos de contratos de concessão, de acordo com a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços. Evidenciamos na tabela acima os acordos de concessão de serviços existentes.

Pretende-se a contabilização de acordos de concessão de serviços na ótica do concedente. Os acordos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 envolvem o concessionário que proporciona serviços públicos relacionados com um ativo de concessão de serviços em nome do concedente. A NCP 4 só se aplica no caso de se identificar um ativo de concessão de serviços.

O MPF deveria reconhecer um ativo proporcionado pelo concessionário, e uma melhoria de um ativo existente do concedente, como um ativo de concessão de serviços se estiverem presentes as seguintes duas condições de controlo:

- O concedente controlar ou regular quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço (primeira condição de controlo); e
- O concedente controla – através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma – qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo (segunda condição de controlo).

Os contratos incluídos na NCP 4 incluem as seguintes características:

- ✓ O concedente é uma entidade pública;
- ✓ O concessionário é responsável por uma parte da gestão do ativo de concessão de serviços e não atua meramente como um agente do concedente;



- ✓ O contrato define os preços iniciais a serem praticados pelo concessionário e regula as revisões de preços a ocorrer durante o período da concessão;
- ✓ O concessionário é obrigado a entregar o ativo ao concedente com uma determinada utilidade no final do período de concessão por uma quantia nula ou simbólica, independentemente da parte que financiou a sua construção ou desenvolvimento;
- ✓ O contrato contém um conjunto de disposições que estipulam padrões de desempenho (qualidade), mecanismos para ajustamento de preços e processo para resolução de litígios (tribunais arbitrais).

Após cumpridas as condições de controlo, ou condição, no caso de um ativo em que o contrato abrange toda a sua vida útil, o ativo de concessão de serviços é reconhecido e mensurado nas demonstrações financeiras do concedente. Ao se reconhecer um ativo deve-se também reconhecer um passivo associado, sendo que a natureza do passivo vai depender do modelo de remuneração do concedente ao concessionário, em troca do ativo de concessão de serviços. No entanto, o MPF não possui à data, informação fiável para proceder à correta contabilização dos ativos e passivos de concessão.

Relativamente à Concessão de Distribuição de Energia elétrica em Baixa Tensão no Município de Paços de Ferreira, importa referir que a referida distribuição em BT se encontra concessionada à EDP Distribuição (agora E-Redes) pelo prazo de 20 Anos e que esta se aproxima do seu término. A forma como a concessão da distribuição de eletricidade em baixa tensão (BT) será resolvida será um tema importante num futuro próximo do Município de Paços de Ferreira.

Sendo uma prerrogativa municipal, a distribuição de eletricidade em BT, será imprescindível ponderar a forma como deverá desenrolar-se o processo concursal para atribuir a futura concessão de distribuição de eletricidade no Concelho de Paços de Ferreira, num contexto legislativo definido pelo Estado (Ex: optar por integrar um concurso que tenha por objeto o território nacional a nível do continente para a distribuição e iluminação pública correlacionada ou tomar parte de uma opção de divisão em blocos de negócio/território).

São matérias que importa esclarecer / decidir num futuro próximo pois trata-se de matéria que representa e continuará a significar uma importante fonte de receita para o Município de Paços de Ferreira.

Relativamente a Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento, salientamos que existe um diferendo entre o Município de Paços de Ferreira e a empresa Águas de Paços de Ferreira (ADPF) sobre a reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão, ao abrigo da Cláusula 86.ª do Contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Paços de Ferreira celebrado em 30 de Junho 2004, que importa avaliar.

A 09/01/2013, a ADPF apresentou um pedido de negociações com vista à reposição do equilíbrio económico-financeiro fundamentado na variação negativa superior a 20% do valor dos caudais de água abastecida aos utilizadores, por



referência aos valores considerados no Caso Base, tendo quantificado a referida reposição num montante que daria origem a uma compensação financeira única de 101.858.085€, valor que este executivo não achou correto.

No entanto, o enquadramento em apreço alterou-se significativamente durante o exercício económico de 2015, com a celebração de um memorando de entendimento entre as duas Entidades que foi objeto de aprovação por parte da Câmara e Assembleia Municipal de Paços de Ferreira (28/12/2015), restando que o referido documento fosse validado pelo Tribunal de Contas e fosse possível obter a competente cobertura financeira por parte do Fundo de Apoio Municipal.

Em conclusão, o valor de 50.000.000€1 (cinquenta milhões de euros), refletido nas contas do Município, tem suporte no Memorando de Entendimento (MdE), aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 28/12/2015, celebrado entre o MPF e a Concessionária Águas de Paços de Ferreira, S.A., o qual tem por objeto o contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Paços de Ferreira.

Entretanto, em outubro de 2019, a Concessionária requereu constituição da Comissão Paritária Arbitral para julgamento de diferendo emergente da execução do Contrato resultante da aplicação do novo tarifário a partir de 1/05/2017, tendo a mesma sido constituída em fevereiro de 2020.

Em setembro de 2020 o Município interpôs recurso jurisdicional da decisão supra referida, junto do Tribunal Central Administrativo do Norte, o qual ainda corre termos, nesse mesmo Tribunal.

Em maio de 2022 o Tribunal Arbitral proferiu acórdão arbitral (“Acórdão Arbitral”), pelo qual o tribunal decidiu considerar procedente o pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro efetuado pelas ADPF, mediante o pagamento pelo Município de um montante cujo valor final teria de ser determinado no momento de liquidação da sentença pois carecia de, previamente, se proceder à revisão do caso base apresentado no âmbito deste processo.

O Município de Paços de Ferreira não se conformando com o referido Acórdão Arbitral, em junho de 2022, interpôs recurso jurisdicional, junto do Tribunal Central Administrativo Norte (TCA-N), o qual corre ainda os seus termos.

A Concessionária, por sua vez, deduziu junto do Tribunal Arbitral incidente visando a liquidação do montante suprarreferido, apresentando para tal um novo modelo que, alegadamente, sustentaria o montante a pagar pelo Município. Neste contexto, o tribunal determinou a realização de uma perícia económico-financeira relativamente ao incidente de liquidação e, em especial, ao documento que suporta tal pedido, processo este que ainda está em curso.

Não concordando com o referido incidente de liquidação, em setembro de 2022, o Município de Paços de Ferreira Concedente, veio a interpor recurso jurisdicional do mesmo, junto do TCA-N, o qual ainda corre os seus termos.

Simultaneamente, por deliberação da Assembleia Municipal de Paços de Ferreira, tomada na sessão de 4/08/2022, foi determinado o início do procedimento tendente à rescisão do Contrato de concessão da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo público e de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do Concelho de Paços de Ferreira.

Posteriormente, as partes celebraram um acordo de suspensão dos processos arbitrais e judiciais pendentes supra identificados, bem como o processo de rescisão do Contrato, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco), entretanto prorrogado,



que tinha por objetivo desenvolver um trabalho conjunto tendente a alcançar um acordo de reequilíbrio económico financeiro da Concessão que permitisse pôr termo a todos os litígios judiciais e arbitrais pendentes entre as Partes.

O trabalho supra referido veio a culminar no alcançar de um acordo entre as partes (ainda não aprovado pelo órgãos competentes) quanto aos termos da reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão.

O acordo alcançado permite também a adaptação do Contrato à legislação em vigor, em particular, ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

O referido acordo prevê, entre outros, a extinção dos processos em curso, logo que se verifiquem as respetivas condições de produção de efeitos, uma das quais é a obtenção de parecer prévio da ERSAR.

Tendo em vista a verificação dessa condição e para cumprimento da lei, o documento que titula os termos da reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão foi já enviado para a ERSAR, sendo que, no momento de elaboração dos documentos de prestação de contas relativos a 2023 aguarda-se a emissão do respetivo parecer.

Relativamente à concessão da EDP, os contratos estabelecidos entre os municípios e a e-Redes enquadram-se na NCP 4. Neste momento, a informação atualmente disponibilizada pela e-Redes, não nos parece existir constituir prova de auditoria suficiente e apropriada sobre os mesmos. Existe uma listagem de bens afetos à concessão, mas tem sido impossível a sua inventariação e valorização, pois são situações que já tem um número considerável de anos.



5) - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição ou produção incluem o custo de compra e quaisquer custos diretamente suportados para a colocação do ativo em condições de uso ou funcionamento.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo constantes dos normativos aplicáveis. Os valores estão apresentados nos pontos 5.1 e 5.2..

5.1) - Variações das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Tabela 15 - Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)	Quantia bruta (2)	Depreciações acumuladas (3)	Perdas por imparidade acumuladas (4)	Quantia escriturada (5)=(2)-(3)-(4)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	44.402.114,23			44.402.114,23	44.562.555,93			44.562.555,93
Edifícios e outras construções	474.882,43	185.702,45		289.179,98	474.882,43	209.192,21		265.690,22
Infraestruturas	72.721.416,64	48.506.478,75		24.214.937,89	72.754.579,04	51.189.345,71		21.565.233,33
Património histórico, artístico e cultural	93.059,82	2.727,05		90.332,77	93.059,82	3.105,29		89.954,53
Equipamento militar, de segurança e defesa								
Outros								
Bens de domínio público em curso	3.962.936,81			3.962.936,81	6.235.715,65			6.235.715,65
	121.654.409,93	48.694.908,25	0,00	72.959.501,68	124.120.792,87	51.401.643,21	0,00	72.719.149,66
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	21.606.270,08	733.281,84		20.872.988,24	22.185.100,10	735.802,32		21.449.297,78
Edifícios e outras construções	83.973.270,81	21.695.066,82		62.278.203,99	86.051.333,40	23.377.382,90		62.673.950,50
Equipamento básico	6.333.464,85	4.798.263,77		1.535.201,08	6.557.381,34	5.072.244,11		1.485.137,23
Equipamento de transporte	2.305.345,61	1.799.888,63		505.456,98	2.430.411,53	1.899.979,85		530.431,68
Equipamento administrativo	1.214.249,37	1.050.305,69		163.943,68	1.265.039,34	1.115.579,70		149.459,64
Equipamentos biológicos	40.971,30	6.050,76		34.920,54	40.971,30	16.294,08		24.677,22
Outros	1.908.113,57	1.749.712,01		158.401,56	2.048.738,42	1.797.769,53		250.968,89
Ativos fixos tangíveis em curso	6.186.275,02			6.186.275,02	10.620.820,06			10.620.820,06
	123.567.960,61	31.832.569,52	0,00	91.735.391,09	131.199.795,49	34.015.052,49	0,00	97.184.743,00
Total . . .	245.222.370,54	80.527.477,77	0,00	164.694.892,77	255.320.588,36	85.416.695,70	0,00	169.903.892,66



Os gastos e reversões de depreciações respeitante a ativos tangíveis encontram-se refletidos na linha “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da Demonstração dos Resultados por Natureza.

5.2) - Quantia escriturada e variações do período

Tabela 16 - Ativos fixos tangíveis - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Variações								Quantia escriturada final (11)=(2)+(3)+...+(10)
		Adições (3)	Transf. Interna à entidade (4)	Revalorações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Dif. cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	44.402.114,23	160.441,70								44.562.555,93
Edifícios e outras construções	289.179,98						-23.489,76			265.690,22
Infraestruturas	24.214.937,89	33.162,40					-2.682.866,96			21.565.233,33
Património histórico, artístico e cultural	90.332,77						-378,24			89.954,53
Equipamento militar, de segurança e defesa										
Outros										
Bens de domínio público em curso										
	68.996.564,87	193.604,10	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.706.734,96	0,00	0,00	66.483.434,01
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	20.901.447,59	654.381,82					-2.520,48		-104.011,15	21.449.297,78
Edifícios e outras construções	62.278.203,99	2.078.062,59					-1.682.316,08			62.673.950,50
Equipamento básico	1.535.201,08	281.513,05	-7.994,98				-273.980,34		-49.601,58	1.485.137,23
Equipamento de transporte	505.456,98	155.983,74					-100.091,22		-30.917,82	530.431,68
Equipamento administrativo	163.943,68	50.789,97					-65.274,01			149.459,64
Equipamentos biológicos	34.920,54						-10.243,32			24.677,22
Outros	158.401,56	140.621,12	494,98				-48.057,52		-491,25	250.968,89
Ativos fixos tangíveis em curso	10.149.211,83	6.707.323,88								16.856.535,71
	95.726.787,25	10.068.676,17	-7.500,00	0,00	0,00	0,00	-2.182.482,97	0,00	-185.021,80	103.420.458,65
Total . . .	164.723.352,12	10.262.280,27	-7.500,00	0,00	0,00	0,00	-4.889.217,93	0,00	-185.021,80	169.903.892,66



a) Adições

Tabela 17 - Ativos tangíveis – Adições

RUBRICAS (1)	Adições										
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transf. ou troca (5)	Expropri. (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Dação em pagamento (8)	Locação financeira (9)	Fusão, cisão, reestrutu- ração (10)	Outras (11)	Total (12)=(2)+(3)+... +(11)
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais		42.522,50				7.500,00				110.419,20	160.441,70
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		33.162,40									33.162,40
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Equipamento militar, de segurança e defesa											
Outros											
Bens de domínio público em curso											
	0,00	75.684,90	0,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	110.419,20	193.604,10
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Patrimônio histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		5.269,26		649.112,56							654.381,82
Edifícios e outras construções		130.724,93		1.947.337,66							2.078.062,59
Equipamento básico		281.513,05									281.513,05
Equipamento de transporte		155.983,74									155.983,74
Equipamento administrativo		50.789,97									50.789,97
Equipamentos biológicos											
Outros		140.621,12									140.621,12
Ativos fixos tangíveis em curso		6.707.323,88									6.707.323,88
	0,00	7.472.225,95	0,00	2.596.450,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.068.676,17
Total . . .	0,00	7.547.910,85	0,00	2.596.450,22	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	110.419,20	10.262.280,27



b) Diminuições

Tabela 18 - Ativos tangíveis – Diminuições

RUBRICAS (1)	Diminuições					Total (7)=(2)+...+(6)
	Alienações a título oneroso (2)	Transf. ou troca (3)	Devol. ou reversão (4)	Fusão, Cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Infraestruturas						0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural						0,00
Outros						0,00
Bens de domínio público em curso						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Infraestruturas						0,00
Patrimônio histórico, artístico e cultural						0,00
Ativos fixos em concessão em curso						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais			-75.551,80		-28.459,35	-104.011,15
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico		-39.793,51			-9.808,07	-49.601,58
Equipamento de transporte					-30.917,82	-30.917,82
Equipamento administrativo						0,00
Equipamentos biológicos						0,00
Outros					-491,25	-491,25
Ativos fixos tangíveis em curso						0,00
	0,00	-39.793,51	-75.551,80	0,00	-69.676,49	-185.021,80
Total . . .	0,00	-39.793,51	-75.551,80	0,00	-69.676,49	-185.021,80

5.3) - Depreciações de um período para resultados e para o custo de outros ativos

Todas as depreciações, até à data, são registadas como gastos do período e consequentemente nos resultados.

5.4) - Alterações em estimativas com efeito material (NCP 2)

Não aplicável.

5.5) - Excedente de revalorização

Sem movimentos a apresentar



113	BANCO SIMPLES EM FIBRA C/REGUA	30.09.2007	3.921,96
114	COFRE MONOBLOCO DE 1.50 M	30.09.2007	1.900,00
115	COFRE MONOBLOCO DE 1.0 M	30.09.2007	690,00
116	ESTRUTURA EM VIDRO TEMPERADO	30.09.2007	2.297,43
117	DIVISORIA EM CHAPA LISA COM PORTA	30.09.2007	289,25
118	SISTEMA CEDRIS+TORNIQUETES+BARREIRA	31.07.2007	13.572,19
119	ESCADAS STANDART P/PISCINA	31.01.2008	511,39
12	DIVISORIA C/ ISOLAMENTO	31.12.2001	1.258,87
120	MARQUESAS PARA FRALDAS	29.02.2008	980,10
121	VEDAÇÃO EM REDE	31.01.2008	620,00
122	ACTUALIZAÇÃO DE SOFTWARE	31.03.2008	1.385,50
123	PORTAS EM CARVALHO 0.80 X 2.00	30.04.2008	750,20
125	APARELHO DE AR CONDICIONADO	31.08.2008	1.076,00
126	FOTOCOPIADOR SHARP AR M 165	30.06.2008	1.446,00
127	PROGRAMA DESENVOLVIDO P/ GAB.DESPOS	30.06.2008	5.000,00
128	FOTOCOPIADORA SHARP-GAB. DESPORTO	30.09.2008	1.000,00
129	PROGRAMA SOFTWARE WINSPOINT	30.09.2008	3.292,50
13	M O B I L I A R I O	30.09.2001	892,85
130	CABINE SAUNA SISU 2.00 X 1.50	31.10.2008	2.464,00
131	PROGRAMA DE SOFTWARE-CONTROL ACESSO	31.10.2008	3.559,00
132	SOFTWARE WINSPOINT - RESERVAS	30.11.2008	850,00
133	SOFTWARE CARDFIVE	30.11.2008	295,00
135	ASPIRADOR GM82	12.03.2009	600,00
136	LAVADORA CA450	12.03.2009	1.400,00
137	HIDROBIKE JW	18.03.2009	3.780,00
138	HIDROBIKE JW	14.04.2009	1.260,00
139	HIDROBIKE JW	19.05.2009	1.260,00
14	QUADROS	30.11.2001	623,50
140	HIDROBIKE JW	08.06.2009	2.520,00
141	HIDROBIKE JW	09.06.2009	1.260,00
142	HIDROBIKE JW	14.07.2009	1.260,00
143	HIDROBIKE JW	16.07.2009	1.260,00
144	SOFTWARE DE GESTÃO ERP CORPORATE VERSÃO 2009	16.03.2009	7.154,00
145	POLIVALENTE DESPORTIVO MUNICIPAL	21.05.2009	332.681,29
146	HIDROBIKE JW	01.09.2009	1.260,00
147	HIDROBIKE JW	01.09.2009	1.260,00
148	HIDROBIKE JW	15.09.2009	1.260,00
149	HIDROBIKE JW	15.09.2009	1.260,00
15	IMPRESSORA HP 840C	30.09.2001	127,85
150	HIDROBIKE JW	15.10.2009	1.260,00
151	HIDROBIKE JW	15.10.2009	1.260,00
152	HIDROBIKE JW	24.11.2009	1.260,00
153	HIDROBIKE JW	18.11.2009	1.260,00
154	HIDROBIKE JW	15.12.2009	1.260,00
155	HIDROBIKE JW	11.01.2010	1.260,00
156	HIDROBIKE JW	09.02.2010	1.260,00
157	HIDROBIKE JW	09.03.2010	1.260,00
158	APARELHOS DE GINÁSIO DIVERSOS	23.04.2010	2.500,00
159	SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	19.04.2010	144.473,46
16	CADEIRAS DE JARDIM	31.07.2001	449,00
160	TAPETE 3 HP	25.11.2010	2.990,00
162	ELIPTICA - GINÁSIO	27.12.2010	1.990,00
163	PISCINAS DE PAÇOS DE FERREIRA - EDIFÍCIO	31.12.2010	3.683.736,00
164	PISCINA DE FREAMUNDE - EDIFÍCIO	31.12.2010	2.092.860,00
165	PAVILHÃO MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA - EDIFÍCIO	31.12.2010	2.270.056,32
166	PISCINAS DE PAÇOS DE FERREIRA - RESTAURANTE	31.12.2010	428.400,00
167	PISCINAS DE PAÇOS DE FERREIRA - EDIFÍCIO - TERRENO	31.12.2010	1.658.664,00
168	PISCINAS DE PAÇOS DE FERREIRA - RESTAURANTE - TERRENO	31.12.2010	75.600,00
169	PISCINA DE FREAMUNDE - TERRENO	31.12.2010	313.740,00
17	PAINEL EM ALUMINIO C/ ACRILICO	31.08.2001	843,67
170	PAVILHÃO MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA - TERRENO	31.12.2010	350.743,68
172	MARCADOR ELECTRÓNICO POLO AQUÁTICO	06.01.2012	1.300,00
173	PISO PAVILHÃO MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA	31.01.2012	81.346,77
174	EQUIPAMENTOS DIVERSOS	01.09.2011	7.500,00
175	UPGRADE SOFTWARE ERP PHC CORPORATE 2013	14.06.2012	1.322,00



176	QUADRO DE BATERIA CONDENSADOR	01.09.2012	4.495,00
177	QUADRO DE BATERIA CONDENSADOR 60KW	03.09.2012	2.550,00
178	REPARAÇÃO DO PALCO PARA ESPECTACULOS	06.11.2012	4.800,00
179	PARQUE URBANO	01.11.2012	1.778.940,41
18	ARTIGOS DE CASA BANHO	31.08.2001	5.178,02
180	PULSE-ASCENT ELEVATED TREADMILL	02.10.2013	2.850,00
181	PORTÁTIL HP 250-i3	18.02.2014	422,75
182	SISTEMA DE CONTROLO DE PONTO	18.03.2014	887,50
183	TAPETE ELECTRONICO	11.05.2015	2.655,00
184	MBH - SPINNING BIKE RED ARROW	11.05.2015	558,00
185	MBH - ELLIPTICAL TRAINER	11.05.2015	1.980,00
186	CANDEIRO ROADLED60	30.04.2015	4.950,00
187	MBH - SPINING BIKE RED ARROW DESIGN	07.07.2015	1.116,00
188	EFICIÊNCIA ENERGÉTICO-AMBIENTAL PISCINA DE PAÇOS DE FERREIRA	01.04.2015	177.489,99
189	EFICIÊNCIA ENERGÉTICO-AMBIENTAL PISCINA DE FREAMUNDE	01.04.2015	164.707,00
190	EFICIÊNCIA ENERGÉTICO-AMBIENTAL PAVILHÃO P. FERREIRA	01.04.2015	46.497,00
191	EFICIÊNCIA ENERGÉTICO-AMBIENTAL PAVILHÃO MODELOS	01.04.2015	15.950,00
192	PULSE - ASCENT ELEVATED TREADMILL	11.09.2015	1.890,00
193	TORNIQUETES DE ACESSO	07.09.2015	4.890,00
194	HIDROBIKE HYDRORIDER	21.10.2015	3.812,25
195	SERVIDOR DELL POWEREDGE T110II	12.11.2015	1.993,00
196	HIDROBIKE HYDRORIDER	26.01.2016	3.417,00
197	LUMINÁRIA	21.04.2016	3.000,00
198	ELECTROBOMBA INOX TRIFÁSICA	27.04.2016	3.240,00
199	COBERTURA EM LONA	27.04.2016	3.160,00
19A	SISTEMA DE SINALETICA "PACIFIC"	31.10.2001	2.131,62
2	IMPRESSORA CART.MAG. P310	31.01.2001	3.486,59
20	PODIO COM 3 ESTRADOS	22.11.2001	973,65
200	AR CONDICIONADO HAIER	17.05.2016	4.470,00
201	PULSE - ASCENT ELEVATED TREADMILL	07.07.2016	2.100,00
202	AR CONDICIONADO HAIER	06.06.2016	3.645,00
203	PULSE - ASCENT ELEVATED TREADMILL	29.07.2016	2.150,00
204	CALDEIRA	30.04.2016	44.900,00
205	ESPLANADA	13.12.2016	12.000,00
206	BODY BIKE - CLASSIC BIKE GREEN	22.03.2017	950,00
21	BARREIRAS ANTI-MOTIM	20.11.2001	1.745,79
211	PROJECTORES - PISCINAS DE P. FERREIRA	17.11.2016	4.550,00
212	PROJECTORES - PISCINA DE FREAMUNDE	17.11.2016	4.000,00
213	PROTECÇÕES - PAVILHÃO DE MODELOS	23.12.2016	4.601,63
214	PULSE - 260G FUSION RUN TREADMILL - TAPETE ELECTRÓNICO	21.07.2017	11.070,00
215	PULSE - 280G FUSION X-TRAIN VARIABLE STRIBE	21.07.2017	4.715,00
216	BODY BIKE - CLASSIC SUPREME BIKE SPRING	21.07.2017	807,50
217	BARREIRA ELECTROMEÇÂNICA	22.01.2018	2.309,00
218	CALDEIRA	06.02.2018	41.950,00
219	CABINE SAUNA TURCO	20.12.2018	7.640,00
22	LEITOR DE CD SONY / DECK SONY	31.12.2001	277,02
220	ELECTROBOMBA INOX TRIFÁSICA	30.04.2018	1.953,90
221	VIATURA OPEL COMBO	28.03.2019	12.476,52
222	CONTENTOR BAR	30.04.2019	7.500,00
223	PALCO IGLO	11.06.2019	25.350,00
224	SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA	19.08.2019	3.490,00
225	BOMBA SUBMERSÍVEL SP30-7	19.06.2020	8.476,62
226	PARQUE URBANO - MELHORAMENTOS	30.09.2021	485.907,01
227	LAVADORA ASPIRADORA	30.11.2021	2.883,00
228	ILUMINAÇÃO - PISCINA P.FERREIRA	23.12.2021	38.961,36
229	LAVADORA PAV BYTE II 531	09.03.2022	3.882,00
23	PISTAS ROMA E MOSCOVO / RELÓGIO TREINO / GORRO / BOLA EPSAN	30.11.2001	2.031,09
230	TAPETE "BH SK6950TV"	30.06.2022	2.200,00
231	MÁQUINA PARA BÍCEPS "BH L130"	30.06.2022	940,00
232	MÁQUINA PARA OMBROS "BH L090"	30.06.2022	700,00
233	ELÍPTICA "BH LK8110"	30.06.2022	810,00
234	MÁQUINA PARA PERNAS "BH L010"	30.06.2022	1.440,00
235	MÁQUINA PARA PERNAS "BH L030"	30.06.2022	840,00
236	MÁQUINA PARA GLÚTEOS "BH L330"	30.06.2022	540,00
237	MÁQUINA PARA ABDOMINAIS "BH L310"	30.06.2022	390,00



238	MÁQUINA PARA DORSAIS E TRÍCEPS "BH L450"	30.06.2022	520,00
239	BANCOS E SUPORTES PARA DISCOS E BARRAS	30.06.2022	530,00
24	EDIFICAÇÕES LIGEIRAS	28.02.2002	1.368,02
240	MÁQUINA PARA ABDUTORES E ADUTORES "BH L250"	30.06.2022	930,00
241	TAPETE "BH SK6950TV"	30.06.2022	1.920,00
242	ARMÁRIOS COM 124 CACIFOS, 4 BANCOS	30.06.2022	2.300,00
243	LEG PRESS	28.09.2022	2.358,85
244	LAT PULL	28.09.2022	2.041,00
245	SHOULDER / CHEST PRESS GREY	23.09.2022	2.004,60
246	PASSADEIRA DE CORRER PANATTA	06.05.2023	1.300,00
248	JG-1614 A FUNCTIONAL TRAINER	23.10.2023	2.495,00
249	PASSADEIRA DE CORRER PRECOR	06.05.2023	4.075,00
25	PORTAO PARA PARQUE	30.06.2002	1.196,17
26	VEDAÇÕES LIGEIRAS	28.07.2002	773,14
27	REDE ONDULADA MALHA ZINCADA	28.07.2002	539,01
28	MAQUINAS DE GINÁSIO	31.01.2002	48.483,19
29	MAQUINAS DE GINÁSIO	30.09.2002	5.769,60
3	SCANNER HP SCANJET 7400C	31.01.2001	428,97
30	PC - GEST	31.05.2002	2.500,00
31	CENTRAL TELEFONICA ELMEG 88 M	30.11.2002	2.247,50
32	QUADRO FOTOGRAFICO	31.01.2002	423,98
33	TV GRUNDIG / PARABÓLICA	28.02.2002	473,22
34	FRIGORIFICO	31.05.2002	157,73
35	KENWOOD HIFI	31.05.2002	261,63
36	PRATELEIRAS EM INOX P/CACIFOS	30.06.2002	325,00
37	AIWA HIFI	30.09.2002	255,55
38	MAQUINA ROTATIVA P/ PISCINA	30.09.2002	1.177,20
39	IMPRESSORA OKI 14 EX	31.01.2003	450,10
4	FOTOCOPIADOR DIGITAL	31.01.2001	1.072,42
40	CABINE SAUNA "SISU"	28.02.2003	2.992,78
42	DIVISORIA ALUMINIO C/ VIDROS	31.10.2003	837,78
44	Computador Pentium IV - 2.66	30.09.2003	865,00
45	ARMARIO FECHADO C/ 5 PRATELEIRAS	31.03.2004	145,00
46	ARMARIO FECHADO	30.04.2004	290,00
47	BANCO CIABETURA REGULAVEL	31.03.2004	320,17
48	BALIZA WATER POLO	31.03.2004	587,86
49	FILTROS + BATERIA + MONTAGEM	31.03.2004	17.284,18
50	PROGRAMA INFOLOGIA LINHA 50	31.05.2004	1.575,00
51	TELEFAX BROTHER 8070P LASER	31.05.2004	309,00
52	TAPETE ELECTRONICO	30.06.2004	12.600,00
53	PAINEIS EM REDE C/ PORTÃO	31.07.2004	2.609,28
54	ARMARIO BAIXO C/PORTA PERSIANA	30.06.2004	317,00
55	COMPUTADOR ASUS PENTIUM 4 - 2.8 GH	31.07.2004	910,00
58	COMPUTADOR ASUS CELEROM 2.0 GH	30.09.2004	1.655,00
5A	M O B I L I A R I O DIVERSO	01.08.2001	11.784,10
6	FAX OKI 4500	31.01.2001	576,41
60	IMPRESSORA HP OFFICE JET 6110	31.08.2004	288,00
61	IMPRESSORA DE CARTOES ZEBRA	31.01.2005	2.200,00
62	APARCAMENTO DE BICICLETAS C/ESFERAS	31.01.2005	654,10
63	MESAS + ARMARIO	31.03.2005	232,00
64	COMPUTADOR ASUS P.IV 3.Ghz	31.03.2005	475,00
65	MS OFFICE PRO - 2003	31.03.2005	273,00
66	FONTE DE ALIMENTAÇÃO GRC-5000	31.05.2005	414,00
67	LEITOR CARTÕES MAGNETICOS	31.05.2005	300,00
68	UNID. ELECTRONICA GT 800	31.05.2005	320,00
69	FONTE DE ALIMENTAÇÃO GRC-5000	31.05.2005	500,00
7	PROGRAMA DE COMPUTADOR OFFICE 2000 PME	20.08.2001	289,30
70	ACTUALIZAÇÃO DE SOFTWARE LINHA 50	31.05.2005	434,00
71	COMPUTADORES TSUNAMI CELEROM - 2.6	30.06.2005	932,78
72	WINDOWS XP HOME (OEM)	30.06.2005	149,58
73	BANCADA DE 3 LUGARES COM 2.60	31.03.2006	558,00
74	BANCADA DE 5 LUGARES COM 2.80	31.03.2006	410,00
75	VITRINE EXPOSITORA C/ 1.00X1.75	31.03.2006	829,58
76	ARMARIO ALTO COM 0.95	31.03.2006	182,40
77	COMPUTADOR ASUS PENTIUM IV	31.05.2006	653,70



78	UPGRADE LINHA 50	31.05.2006	460,00
79	COMPUTADOR PORTATIL HP PAVILLION	30.06.2006	1.215,00
8	CARRO DE ARRUMAÇÃO	31.01.2001	295,49
80	BANCO DE NADADOR	31.12.2006	1.290,00
81	IMPRESSORA EPSON TM U220 PB	30.11.2006	214,90
82	SERVIDOR HP PROLIANT ML 350	31.01.2006	4.305,40
83	SOFTWARE DE CONTABILIDADE LINHA 100	31.12.2006	3.940,00
85	MICROSOFT OFFICE 2003	31.03.2007	585,90
86	BANCOS EM FIBRA COM 2.00	30.06.2007	2.962,96
87	BANCO EM FIBRA COM 1.50	30.06.2007	423,28
88	PAPELEIRA MURAL EM INOX	30.06.2007	506,70
89	APARELHAGEM DE SOM	30.04.2007	2.013,22
9	SISTEMA PHILIPS	31.10.2001	349,54
90	PERMUTADOR DE AGUA PARA PISCINA	30.04.2007	9.300,00
91	PALCO PARA ESPECTACULOS	28.02.2007	17.880,00
92	SECRETARIA COM BIOMBO	31.05.2007	476,25
93	SECRETARIA COM MESA	31.05.2007	662,25
94	COMPUTADOR ASUS P IV C/MONITOR	31.05.2007	567,00
95	MS OFFICE 2007 EM PORTUGUES	31.05.2007	270,00
96	IMPRESSORA HP LASERJET 1020	31.05.2007	115,00
97	BALIZAS+REDES+POSTES+PODIUNS	30.06.2007	1.957,28
98	MARCADOR DESPORTIVO - MODELO ACB	31.12.2007	7.500,00
99	MARCADOR DESPORTIVO - MODELO 24	31.12.2007	2.900,00



6) - LOCAÇÕES

Só se registaram no decorrer do período de relato locações operacionais conforme a tabela constante do ponto 6.2.

6.1) - Locações financeiras

Sem informação a ser prestada.

6.2) - Locações operacionais - locatário

Tabela 21 - Locações Operacionais

Descrição	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros pagamentos mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Aluguer operacional para fornecimento e montagem de 13 parâmetros novos, por 36 meses	50.430,18	5.603,32	7.004,03	50.430,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LOTE 1 - Aluguer operacional para veículos de recolha de resíduos sólidos urbanos de placa, com caixa de recolha de 20 m ³ pelo prazo de 8 anos (96 meses)	765.197,76	87.678,91	0,00	239.124,30	0,00	95.649,72	422.452,93	0,00	518.102,65	526.073,46
LOTE 2 - Aluguer operacional de veículos de recolha de resíduos sólidos urbanos de placa, com caixa de recolha de 15 m ³ pelo prazo de 8 anos (96 meses)	710.999,04	81.468,64	0,00	222.187,20	0,00	88.874,88	303.655,84	0,00	392.530,72	488.811,84
LOTE 3 - Aluguer operacional de uma varredora com capacidade de recolha de pelo menos 5 m ³ e com depósito de água de pelo menos 1000 litros pelo prazo de 8 anos (96 meses)	509.852,91	54.900,90	0,00	152.289,56	0,00	63.731,64	281.481,41	0,00	345.213,05	357.563,35
Locação automóveis ligeiros de passageiros elétricos e furgonetas ligeiras elétricas	61.114,67	15.133,08	0,00	33.676,46	0,00	23.618,54	3.819,67	0,00	27.438,21	27.438,21
Aluguer operacional de 16 equipamentos interativos para intervenção com idosos, pelo período de 24 meses	93.998,51	34.427,34	0,00	93.998,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de serviços de sistema de gestão, localização e partilha de viaturas (GPS), para a frota do município pelo período de 36 meses	21.626,35	6.984,38	0,00	7.945,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.681,10
Aluguer operacional de viatura ligeira de passageiros, por 12 meses ou máximo 20.000 km	22.067,04	9.974,86	0,00	17.023,24	0,00	5.043,80	0,00	0,00	5.043,80	5.043,80
Locação operacional de veículo elétrico pelo período de 48 meses no âmbito da candidatura Fundo Ambiental	35.408,65	5.798,40	0,00	5.798,40	0,00	11.905,93	8.852,16	8.852,16	29.610,25	29.610,25
Aluguer operacional para fornecimento / montagem de 30 parâmetros em estado novo por 36 meses	106.258,72	12.987,18	0,00	12.987,18	0,00	37.584,10	35.419,57	20.267,87	93.271,54	93.271,54
Locação de Contentores Sanitários para Eventos a Realizar no Concelho de Paços de Ferreira	12.730,50	12.730,50	0,00	12.730,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de 4 (quatro) geradores, incluindo o combustível	11.992,50	11.992,50	0,00	11.992,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de Tendas para Confraternização de Colaboradores e para o Fim de Semana Cultural de Raimonda	9.389,52	9.389,52	0,00	9.389,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de Contentores Sanitários para Eventos a decorrer no Concelho	23.050,20	17.804,25	0,00	17.804,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.245,95
Locação de Brinquedos Insufláveis para Atividades de Verão nas Freguesias do Concelho	12.300,00	12.300,00	0,00	12.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locação de Tenda para a Feira de S. Martinho 2023	11.116,74	0,00	0,00	0,00	0,00	11.116,74	0,00	0,00	0,00	11.116,74
Locação de palco e serviços de montagem e desmontagem	19.900,70	19.371,80	0,00	19.371,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	528,90
Locação de Tendas e Expositores para a realização da Feira dos Capões em Freamunde	9.840,00	9.840,00	0,00	9.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.487.273,99	408.385,58	7.004,03	928.888,85	0,00	337.525,35	1.055.681,58	29.120,03	1.411.210,22	1.558.385,14



7) - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Sendo os empréstimos um recurso importante na atividade do grupo municipal, é importante referir que:

- Existem empréstimos bonificados e não bonificados cujo tratamento e contabilização é diferenciado no plano de contas;
- A contabilização das amortizações é feita de acordo com o plano previamente fixado, controlado anualmente através do orçamento e pela data de vencimento, dado que é possível extrair do balanço a componente a pagar no curto prazo;

Os juros dos empréstimos são contabilizados pelo custo (calculado tendo em conta as taxas em vigor), sendo que são valores sujeitos a especializações (acréscimos de gastos) semestrais. No caso dos bonificados o seu valor não é materialmente relevante e por isso não provoca impacto nas contas.

Relativamente às dívidas de empréstimos obtidos registou-se uma diminuição face a 2022, no qual o MPF amortizou 1.167.114,50 milhões de euros.

O mapa de empréstimos consolidado que é exatamente igual ao mapa de empréstimos individual do Município, dado que não existem empréstimos contraídos pela Gespaços, nem empréstimos concedidos intra-grupo. Remete-se a consulta para o relatório das contas individuais do Município.

8) - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Propriedades de investimento em locação operacional ou financeira

8.1) - Modelo aplicado na mensuração dos ativos

Sem dados para mostrar.

a) Justo Valor - Adições

Sem movimentos.

b) Justo Valor - Diminuições

Sem movimentos.



a) Modelo do Custo-Adições

Sem movimentos.

b) Modelo do Custo-Diminuições

Sem movimentos.

9) - IMPARIDADE DE ATIVOS

Tabela 22 - Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	175.817.498,02	5.913.605,36	0,00	169.903.892,66
Ativos intangíveis	117.501,92	0,00	0,00	117.501,92
Participações financeiras	1.653.806,94	622.445,91	0,00	1.031.361,03
Diferimentos	784,80	0,00	0,00	784,80
Outros ativos financeiros	7.429,05	0,00	0,00	7.429,05
Ativo corrente				
Inventários	348.192,26	0,00	0,00	348.192,26
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	742.338,78	0,00	0,00	742.338,78
Clientes, contribuintes e utentes	1.307.814,56	1.091.045,28	0,00	216.769,28
Estado e outros entes públicos	178,20	0,00	0,00	178,20
Outras contas a receber	7.537.696,04	268,81	0,00	7.537.427,23
Diferimentos	132.386,07	0,00	0,00	132.386,07
Caixa e depósitos	8.237.764,59	0,00	0,00	8.237.764,59
Total . . .	195.903.391,23	7.627.365,36	0,00	188.276.025,87

9.1) - Critérios para classificação de ativos geradores de caixa e não geradores de caixa

A classificação de um ativo gerador e não gerador de caixa decorre das definições constantes do ponto 3 da NCP 9

9.2) - Ativos não geradores de caixa

Não existem imparidades para ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento, conforme mencionado nas notas 3, 5 e 8, respetivamente.

9.3) - Outras informações sobre perdas de imparidade e reversões

Considera-se que todas as informações necessárias à perceção dos critérios de valorização e apuramento dos valores estão já apresentadas.



9.4) - Pressupostos na determinação da quantia recuperável de serviço de ativos

A quantia recuperável é a maior quantia entre o justo valor de um ativo (ou de uma unidade geradora de caixa) menos custos de vender e o seu valor de uso. No que se refere à quantia recuperável de serviço, é a maior quantia entre o justo valor de um ativo não gerador de caixa menos os custos da venda e o seu valor de uso.

9.5) - Ativos geradores de caixa

Não aplicável

9.6) - Outras informações sobre perdas de imparidade e reversões

Não aplicável

9.7) - Pressupostos na determinação da quantia recuperável de ativos

Não aplicável

10) - INVENTÁRIOS

De seguida apresentam-se quadros com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1) - Quantia bruta e Imparidades

Tabela 23 - Imparidades de Inventários

Ativo (1)	Quantia Bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)=(2)-(3)
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	348.192,26	0,00	348.192,26
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
Total . . .	348.192,26	0,00	348.192,26



10.2) - Movimentos do período

Tabela 24 - Inventários – Movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial (1)	Movimentos do período							Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)- /(+)(4)-(5)+(6)- (7)+(8)
		Compras líquidas (2)	Consumos/gastos (3)	Variações nos inventários (4)	Perdas por imparidade (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Outras reduções de inventários (7)	Outros aumentos de inventários (8)	
Mercadorias									0,00
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	343.568,67	1.409.407,49	1.404.783,90						348.192,26
Produtos acabados e intermédios									0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									0,00
Total	343.568,67	1.409.407,49	1.404.783,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	348.192,26

11) - AGRICULTURA

Sem informações a prestar.

12) - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Sem informações a prestar.

13) - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Conforme previsto na NCP-13, as transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade.

Políticas contabilísticas e métodos adotados

- i. Taxas, Multas e Penalidades – é registado o valor quando previsto no Regulamento Geral de Taxas aprovado pelo município, quer em termos de taxa, quer em termos de agravamentos, juros de mora e penalidades.
- ii. Vendas – o rendimento reconhecido na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador gerando assim benefícios para o município, associados a essa transação e quando devidamente mensurados;
- iii. Prestações de Serviços – o rendimento é reconhecido quando é determinado o valor envolvido e quando esta se considerada totalmente concluída;
- iv. Juros e dividendos – reconhecidos quando existe uma evidência clara e determinada do valor.



Quantia de cada categoria de rendimento

As quantias registadas no ano constam do mapa abaixo, tendo sido tomadas em conta as definições e políticas anteriormente apresentadas.

Tabela 25- Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de rendimento	2023					Rendimentos em 2022
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		
Taxas, multas e outras penalidades	1.079.811,43		79.225,91	26.154,47		1.065.306,00
Vendas	1.365,03					2.216,13
Prestação de serviços	2.333.024,60		1.407.895,82	1.321.631,75		2.054.917,91
Alienações e rendimentos de propriedade	1.251.020,39		95.159,34	82.709,26		1.179.875,34
Aluguer de equipamento	52.102,65					42.669,32
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	19.039,48					40.189,72
De depósitos	95,83					
Dividendos obtidos	16.194,26					40.189,72
Diferenças de câmbio favoráveis na atividade de financiamento	2.749,39					
Total . . .	4.736.363,58	0,00	1.582.281,07	1.430.495,48	0,00	4.385.174,42

14) - RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Embora os rendimentos recebidos pelas entidades públicas provenham tanto de transações com contraprestação como de transações sem contraprestação, a maior parte do rendimento nos seus diferentes níveis da maior parte das entidades públicas é tipicamente proveniente de transações sem contraprestação como, por exemplo: Impostos e Transferências (sejam de caixa ou não) incluindo transferências financeiras (correntes e de capital), subsídios, perdão de dívidas, multas e outras penalidades, legados, ofertas, doações e bens em espécie e a parte não transacionada em mercado de empréstimos bonificados.

Os impostos são de sua natureza, benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas. Por sua vez, as transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Políticas contabilísticas e métodos adotados

i) Impostos Diretos – o valor registado como rendimento do ano é baseado numa estimativa (essencialmente no cobrado real do ano anterior) para os impostos IML e Derrama, sendo depois no ano seguinte acertada a estimativa para o valor apurado pela Autoridade Tributária. No caso do IUC e IMT, são também apurados pela Autoridade Tributária, sendo



transferidos numa base mensal (ao contrário dos anteriores), e, portanto, não são baseados em estimativas, mas sim em valores reais.

ii) Transferências e subsídios correntes obtidos – são registados quando recebidos e só registados com base em estimativas, quando houver atrasos nas transferências por parte das entidades.

iii) Reversões – resultam na necessidade de provisionar mediante o valor em atraso a receber e a sua antiguidade. No caso dos processos judiciais os valores resultam do encerramento dos processos em tribunal;

iv) Imputação de subsídios e transferências para investimentos – estes valores correspondem essencialmente ao reconhecimento anual do rendimento proveniente de projetos participados. O valor é calculado pela aplicação da taxa de participação à depreciação do ativo anualmente registada.

Quantia de cada categoria de rendimento

As quantias registadas no ano constam do mapa abaixo, tendo sido tomadas em conta as definições e políticas anteriormente apresentadas.

Tabela 26- Rendimentos de transação sem contraprestação

Tipo de rendimento	2023					Rendimentos em 2022
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período		
Impostos Diretos	8.127.695,83	0,00	0,00	0,00	0,00	7.569.841,53
Derrama	1.758.136,54					1.305.361,40
Imposto municipal sobre imóveis	4.719.471,28					4.755.582,25
Imposto único de circulação	1.649.785,03					1.508.842,30
Outros	302,98					55,58
Impostos Indiretos	3.148.939,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2.675.308,00
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	3.148.939,20					2.675.308,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	20.700.685,13	0,00	0,00	583.938,15	0,00	17.615.013,99
Estado	9.669.286,65			247.490,26		11.019.411,15
Serviços e Fundos Autónomos	10.731.821,23			336.447,89		6.175.633,02
Instituições sem fins lucrativos						5.222,72
Resto do Mundo	299.577,25					414.747,10
Reversões	143.804,15	0,00	0,00	0,00	0,00	42.208,99
De depreciações e de amortizações						22,95
De perdas por imparidade	143.804,15					2.757,99
De provisões						39.428,05
Outros rendimentos	2.493.063,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.730.197,58
Outros rendimentos suplementares	4.113,67					63.642,78
Outros rendimentos suplementares	46.540,67					
Descontos de pronto pagamento obtidos	3,01					
Ganhos em inventários	7.297,54					730,58
Redtos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos						
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2.435.108,27					1.665.824,22
Total . . .	34.614.187,47	0,00	0,00	583.938,15	0,00	29.632.570,09



Assim, realçamos alguns dos rendimentos mais significativos nas transações sem contraprestação. Importa realçar o acréscimo de +180 mil euros ocorrido nos impostos diretos e correspondem às receitas arrecadadas ao nível do IMI (4,76 milhões de euros), IMT (2,68 milhões de euros), IUC (1,5 milhões de euros) e derrama (1,30 milhões euros).

As Transferências correntes abrangeram, principalmente, as transferências financeiras da Administração Central previstas na Lei do Orçamento de Estado (LOE), designadamente: 1,25 milhão de euros de IRS (+ 119 mil euros), 8,2 milhões de euros de FEF (+ 312 mil euros) e 1,4 milhões de euros de FSM. Incluiu, ainda, o financiamento de 4,95 milhões de euros, no âmbito das atribuições do município em matéria de Educação, 247 mil euros no âmbito da descentralização de competências na área da Saúde (transferência da competência a partir de julho 2022) e 80 mil euros no âmbito da descentralização de competências na área da Ação Social (transferência da competência a partir de outubro 2022).

Destacamos ainda o recebimento da subvenção adicional específica do Fundo Social Municipal (FSM) no ano de 2022, conforme dispõe o artigo 103.º da LOE/2022, no montante de 742 mil euros. Verifica-se um peso considerável destas transferências no orçamento Municipal (47,75%).

15) - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Por imposição da NCP 1, no que se refere à divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras, e para que clarificar a compreensão da sua natureza, oportunidade e quantia acerca das provisões, neste ponto é abordada a NCP-15 que tem como objetivo definir provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e identificar as circunstâncias em que as provisões devem ser reconhecidas e, por conseguinte, como devem ser mensuradas.

Tabela 27 - Provisões

RUBRICAS	Quantia Escriturada	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)+(5)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias e clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	201.328,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	201.328,64
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e organização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	50.993.083,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.993.083,93
<i>Memorando entendimento ADPF</i>	50.993.083,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.993.083,93
Total . . .	51.194.412,57	0,00	0,00	0,00	50.301,20	0,00	0,00	39.428,05	39.428,05	51.194.412,57



16) - EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Sem movimentos a divulgar.

17) - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Mantemos a preocupação com o que o efeito da Guerra pode causar na sustentabilidade das nossa contas, principalmente no efeito do aumento generalizado dos preços dos bens e serviços e principalmente o impacto no orçamento das famílias.

18) - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1) - Políticas contábilísticas e bases de mensuração

Os ativos e passivos financeiros apenas são reconhecidos pela entidade quando se torna efetua a situação contratual do ativo/passivo, sendo em todos os casos mensurados ao custo amortizado menos eventuais imparidades.

As políticas de mensuração, divulgação e de reconhecimento de imparidades não se alteram enquanto os mesmos ativos/passivos permanecerem na posse da entidade.

Como exceção ao parágrafo anterior, surge na consolidação, a participação na Municipia, S.A. mensurada através do MEP para apresentação das contas consolidadas.



18.2) - Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Tabela 28 – Ativos financeiros

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+...(6)- ...(10)
		Compras (3)	Ganhos De Justo Valor (4)	Reversões de perdas de imparidade (5)	Outros (6)	Alienações (7)	Perdas de justo valor (8)	Perdas de imparidade (9)	Outros (10)	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação										0,00
Participações financeiras - justo valor										0,00
Outros ativos financeiros										0,00
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	12.662.475,06	0,00	0,00	166.512,29	203.049.379,13	0,00	0,00	53.095,46	197.944.110,54	17.873.731,43
Participações financeiras	1.006.082,49									1.006.082,49
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis										0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	52.680,17				30.504.378,92				29.814.720,31	742.338,78
Clientes, contribuintes, utentes	161.079,95			166.236,56	18.420.775,46			52.930,23	18.478.392,46	216.769,28
Estados e outros entes públicos	11.390,81				362.852,54				374.065,15	178,20
Outras contas a receber	7.082.072,84			275,73	11.806.673,66			165,23	11.351.429,77	7.537.427,23
Diferimentos	103.382,71				162.111,29				132.323,13	133.170,87
Outros ativos financeiros	7.145,39				850,05				566,39	
Ativos financeiros detidos para negociação										0,00
Caixa e depósitos bancários	4.238.640,70				141.791.737,22				137.792.613,33	8.237.764,59
Ativos financeiros mensurados ao Método de equivalência patrimonial (MEP)	25.851,00	0,00	0,00	0,00	5.752,17	0,00	0,00	0,00	6.324,63	25.278,54
Participações financeiras	25.851,00				5.752,17				6.324,63	25.278,54
Total . . .	12.688.326,06	0,00	0,00	166.512,29	203.055.131,31	0,00	0,00	53.095,46	197.950.435,17	17.899.009,98

Tabela 29 – Passivos financeiros

RUBRICAS (1)	Quantia Escriturada Inicial (2)	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final (9)=(2)+...(5)- ...(8)
		Aquisições (3)	Ganhos de Justo Valor (4)	Outros (5)	Liquidações (6)	Perdas de justo valor (7)	Outros (8)	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	47.764.917,57	11.786.552,87	0,00	51.679.212,21	0,00	0,00	56.187.929,87	55.042.752,78
Passivos por impostos diferidos	17.995,80						6.460,80	11.535,00
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	10.418,46			6.006.882,55			6.015.801,01	1.500,00
Fornecedores	196.070,73	11.786.552,87					11.749.654,77	232.968,83
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes								
Estados e outros entes públicos	340.356,07			5.307.229,61			5.208.932,15	438.653,53
Accionistas/sócios/associados								
Financiamentos obtidos (CP + MLP)	36.007.754,22	5.358.771,13			6.525.885,63			34.840.639,72
Fornecedores de investimentos	45.054,51	11.213.955,38			10.700.716,40			558.293,49
Outras contas a pagar (CP + MLP)	3.232.303,79			16.107.553,38			15.519.333,47	3.820.523,70
Diferimentos	7.914.963,99			7.684.820,16			461.145,64	15.138.638,51
Total . . .	47.764.917,57	28.237.420,03	0,00	35.228.345,05	17.226.602,03	0,00	38.961.327,84	55.042.752,78



Para melhor compreensão dos saldos apresenta-se a seguir a discriminação da linha “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, dos quadros anteriores.

Tabela 30 - Outras contas a receber e a pagar

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	▲ %
Ativo não corrente (MLP)	0,00	0,00	0,000%
Ativo Corrente (CP)	7.537.427,23	7.082.072,84	6,430%
Devedores e credores por acréscimo (impostos)	7.072.016,97	6.414.440,63	10,251%
Devedores e credores por acréscimo (outros rendtos)	382.512,80	572.450,18	-33,180%
Devedores por alienação de ativos fixos	82.709,26	95.159,34	-13,083%
Outros devedores e credores	188,20	22,69	729,440%
SALDO A RECEBER . . .	7.537.427,23	7.082.072,84	6,430%

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022	▲ %
Passivo não corrente (MLP)	717.548,75	585.289,26	22,597%
Cauções	717.548,75	585.289,26	15,883%
Passivo Corrente (CP)	3.102.974,95	2.647.014,53	17,225%
Remunerações a pagar	0,00	0,00	0,000%
Devedores e credores por acréscimos	2.321.418,09	1.747.239,43	32,862%
Credores por subscrição não liberadas	0,00	0,00	0,000%
Cauções	698.430,22	792.670,33	-11,889%
Outros credores	83.126,64	107.104,77	-22,388%
SALDO A PAGAR . . .	3.820.523,70	3.232.303,79	18,198%

Tabela 31 – Imparidade de clientes contribuintes e utentes

	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
				Justo Valor	Valor de uso
Clientes, contribuintes e utentes	1.307.814,56	1.091.045,28	216.769,28	0,00	216.769,28

19) - BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Sem movimentos ou notas a divulgar.

20) - DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

20.1) - Divulgação de controlo

Conforme orientações da NCP-20 e para melhor compreensão, as tabelas seguintes indicam o controlo do Município de Paços de Ferreira (entidade- mãe) nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

Para melhor entendimento, ver relatório de prestação contas consolidadas e nota seguinte relativamente às imparidades de investimentos financeiros da entidade controlada PFR Invest.



Tabela 32 - Entidades Controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
				Direto	Indireto	
PFR INVEST, Sociedade de Gestão Urbana, E.M. *	Controlada 100%	600.000,00*	600.000,00	100%		100%

*Participação da PFR Invest encontra-se provisionada pelo valor de 600.000,00€. Em 13-02-2017 foi declarada a insolvência.

20.2) - Divulgação de transações entre partes relacionadas

Tabela 33 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Participação no capital (líquida de imparidades)	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Termos E Condições / O.B.S
			Tipo	Quantia	% no total das transações		
Ambisousa- Empresa Intermunicipal de Tratam. e Gestão Resíduos Sólidos, EIM	0,00	Participação indireta	Dividendos	9.540,82	58,52%	0,00	
Fundo Apoio Municipal	692.932,50	Participada	Dividendos	6.653,44	40,81%	0,00	
Gespaços - Gestão de Equipamentos Desportivos, E.M., S.A.	11.358.894,07	Controlada 100%	Prestação Serviços	108,00	0,66%	0,00	
TOTAL . . .	12.389.926,56			16.302,26	100,00%	0,00	
Ambisousa- Empresa Intermunicipal de Tratam. e Gestão Resíduos Sólidos, EIM	0,00	Participação indireta	Aq. Bens e Serviços	1.283.120,44	29,51%	0,00	Deposição resíduos sólidos
Associação Municípios do Vale do Sousa	1.206.596,54	Associada	Transf. Correntes	25.171,79	0,58%	0,00	Projetos cooperação intermunicipal
			Outras desp. Correntes	94.800,00	2,18%	930,50	Quotizações
Associação Nacional de Municípios Portugueses	5.854,00	Participada	Aq. Bens e Serviços	392,30	0,01%	0,00	Seguro eleitos locais
			Outras desp. Correntes	6.712,52	0,15%	0,00	Quotizações
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	40.058,55	Participada	Transf. Correntes	253.451,87	5,83%	0,00	Projetos cooperação intermunicipal com fundos comunitários
			Outras desp. Correntes	48.000,00	1,10%	0,00	Quotizações
			Transf. Capital	3.184,07	0,07%	0,00	Projetos cooperação intermunicipal com fundos comunitários
Fundo Apoio Municipal	692.932,50	Participada	Juros e outros encargos	282.718,36	6,50%	0,00	Juros empréstimo FAM
			Aq. Bens e Serviços	375.928,16	8,65%		Descontos e isenções
			Transf. Correntes	1.729.701,65	39,79%		Protocolos cooperação
Gespaços - Gestão de Equipamentos Desportivos, E.M., S.A. (a)	11.358.894,07	Controlada 100%	Aquisição de bens de capital	121.859,35	2,80%	0,00	Aq. Terreno para instalações GNR
			Transf. Correntes	110.000,00	2,53%	0,00	Protocolo Cooperação
Moveltex – C. Competências e Incubação Empresas Municipia, S.A.	24.950,00	Participada	Transf. Correntes	8.302,46	0,19%	0,00	Responsabilidades legais
Profisousa - Ass. de Ensino Profissional do Vale do Sousa	22.445,91	Participada	Aq. Bens e Serviços	4.245,55	0,10%	0,00	
TOTAL . . .	12.389.926,56			4.347.588,52	100%	0,00	

(a) Estão incluídos 413.073,50 € pagos pelo Município a 29/12/2023, mas apenas considerados em 2024 pela Gespaços

Mantemos as imparidades para investimentos Financeiros relativos ao valor do Capital social da PFR Invest, pelo montante de 600.000€ e a Profisousa pelo montante de 22.445,91€.

Relativamente à PFR Invest, continuamos com a imparidade, uma vez que, mantém-se em processo de insolvência, decretado pelo Tribunal de Amarante em 16/2/2015 e confirmada pelo Supremo Tribunal de Justiça em dezembro de 2015. No âmbito deste processo em 16/2/2015 foi interposto recurso de apelação, no âmbito do qual foi proferido Acórdão que anulou a sentença.



Na sequência dessa decisão foi determinado ao Sr. Administrador Judicial Provisório que viesse apresentar um novo parecer fundamentado sobre a situação de insolvência da devedora, o que aconteceu, após alguns incidentes, em 15/11/2016.

Tendo em conta da análise que fez dos documentos entende que a devedora não tem viabilidade económica ou financeira uma vez que tem um passivo superior ao ativo e que todos os “rácios” calculados indicam que a devedora está numa situação de insolvência.

Foi determinado o encerramento do processo especial de revitalização a fim de ser declarada a insolvência no processo em que a mesma já havia sido requerida (pelo Administrador Judicial Provisório) ao abrigo do art.º 8º do CIRE.

Em 13/2/2017, foi declarada a insolvência de **PFR INVEST – Sociedade de Gestão Urbana, Em, Pessoa Coletiva 508 278 279**, com sede na Praça da República, 46, 4590 Paços de Ferreira, sendo que, no decurso de 2019, já se desenvolveu o processo de venda extrajudicial por negociação particular dos bens pertencentes à massa insolvente.

Existe um processo em tribunal n.º 81/19.9T8PFR do qual não foi feita provisão por falta de elementos que nos permitam avaliar o risco. O processo tem por base a aquisição, no ano de 2017, de diversos terrenos da Autora, tendo em vista a construção de variante rodoviária. Nesse acordo foram assumidas pelo Município diversas obrigações acessórias.

O processo transitou do Juízo Local Cível de Paços de Ferreira para a Instância Central Cível de Paços de Ferreira (tribunal judicial competente para julgar ações de valor superior a EUR 50K). A Senhora Juiz da Instância Central Cível de Penafiel é que absolveu em maio, o Município da Instância, julgando procedente a nossa posição invocada em sede de contestação de que os tribunais competentes para julgarem a causa seria os tribunais administrativos e fiscais e não os tribunais judiciais. A Autora pode agora requerer a remessa do processo para o TAF de Penafiel ou recorrer da sentença para o Tribunal da Relação do Porto (uma vez que no processo defendeu a competência dos tribunais judiciais para julgarem a questão). Ainda não é certa a posições que a Autora irá tomar. O advogado considera que o processo é de elevado risco porque o Município de Paços de Ferreira, pelo executivo então em funções, assumiu por acordo, a realização de uma série de obras complementares ao pagamento do preço pelos terrenos adquiridos e não há nenhuma evidência de que tenha cumprido. Estamos em negociações para acordo há vários meses, tendo por objetivo a redução e minimização do impacto do incumprimento para o Município.

Relativamente à GESPAÇOS apresenta em 2023 resultados positivos. Importa ainda referir que o Município de Paços de Ferreira é o único acionista e os responsáveis do Município tomaram a decisão de efetuar uma aquisição de Prestação de Serviços para a Elaboração de Estudo e Respetivos Relatórios de Suporte à Eventual Tomada de Decisão de Dissolução da GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais EM – SA.

No entanto, no atual contexto de prestação de contas de 2023, seria extemporâneo estar a efetuar qualquer lançamento provisional sobre uma matéria que como referimos 2.4 do presente anexo, ainda se encontra em fase final de avaliação, isto é, que ainda carece de decisão final/definitiva por parte dos Órgãos próprios do Município, nomeadamente, sobre a forma como uma hipotética Dissolução e Liquidação da empresa se irá concretizar ou sua adaptação a um novo contexto resultante do processo de competências da Administração Central para os municípios (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto).



Para além disso, considerando que se trata de Entidade que consolida com o Município de Paços de Ferreira, os seus dados acabam por estar refletidos no universo contabilístico do Município.

Apesar do MPF deter o controlo, quer da PFR quer da Gespaços, as participações encontram-se mensuradas ao custo, dada a situação de cada entidade descrita anteriormente.

21) - RELATO POR SEGMENTOS

Não aplicável.

22) - INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Sem notas a divulgar.

23) - OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1) - Estado e Outros Entes Públicos

Tabela 34 - Saldos devedores e credores ao Estado e outros entes públicos

Estado e outras entidades públicas	31/12/2023		31/12/2022		▲ %	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto sobre Rend. (a pagar)	0,00	0,00	0,00	6.646,52	0,000%	-100,000%
Imposto sobre Rend. (a recuperar)	178,20	0,00	0,00	0,00	100,000%	0,000%
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	78.257,48	0,00	61.520,75	0,000%	27,205%
Iva (a pagar)	0,00	15.226,03	0,00	61,16	0,000%	24795,405%
Iva (a recuperar)	0,00	0,00	11.390,81	0,00	-100,000%	0,000%
Outros impostos	0,00	321,00	0,00	382,63	0,000%	-16,107%
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	326.356,88	0,00	252.983,22	0,000%	29,003%
Outras tributações	0,00	18.492,14	0,00	18.761,79	0,000%	-1,437%
TOTAL...	178,20	438.653,53	11.390,81	340.356,07		

23.2) - Rendimentos

Tabela 35- Rendimentos do período

RENDIMENTOS	31/12/2023	31/12/2022	▲ %
Impostos, contribuições e taxas	12.356.446,46	11.310.455,53	9,248%
Vendas	1.365,03	2.216,13	-38,405%
Prestações de Serviços e Concessões	2.333.024,60	2.054.917,91	13,534%
Transferências e Subsídios Obtidos	20.700.685,13	17.615.013,99	17,517%
Reversões	143.804,15	42.208,99	240,696%
Outros Rendimentos	3.796.186,20	2.952.742,24	28,565%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	19.039,48	40.189,72	-52,626%
TOTAL...	39.350.551,05	34.017.744,51	15,677%



23.3) - Gastos

Tabela 36 - Gastos do período

GASTOS	31/12/2023	31/12/2022	▲ %
Transferências e subsídios concedidos	4.328.639,39	3.669.949,08	17,948%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	779.569,23	667.465,59	16,795%
Fornecimentos e serviços externos	9.749.046,27	8.095.791,94	20,421%
Gastos com pessoal	16.566.385,12	13.215.643,41	25,354%
Gastos de depreciação e de amortização	5.080.805,80	6.023.429,41	-15,649%
Perdas por imparidade	36.711,96	56.522,80	-35,049%
Perdas por reduções de justo valor			
Provisões do período		50.000,00	-100,000%
Outros gastos	1.246.266,79	920.628,12	35,371%
Gastos por juros e outros encargos	499.366,85	370.296,75	34,856%
TOTAL...	38.286.791,41	33.069.727,10	15,776%

Através da análise do quadro, verifica-se um aumento em quase todos os custos apresentados, verificando-se diminuições nos Gastos de depreciação e de amortização e Perdas por imparidade. Os custos em que se verificam os aumentos decorrem da atividade corrente municipal, nomeadamente gastos com pessoal e aquisição de bens e serviços que muito podem variar conforme a intensidade exigida no exercício.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os gastos com o pessoal (16,5 milhões de euros).

23.4) - Fornecimentos e Serviços Externos

Tabela 37 - Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) mais relevantes

Descrição	2023	2022	▲ %
Subcontratos e parcerias	1.276.041,90	246.060,81	418,588%
Trabalhos especializados	2.272.328,54	1.922.353,42	18,206%
Conservação e reparação	502.287,13	738.972,14	-32,029%
Assistência técnica	130.145,35	118.356,74	9,960%
Eletricidade	2.028.367,92	1.786.301,08	13,551%
Combustíveis e lubrificantes	230.620,71	91.906,68	150,929%
Água	445.918,93	280.769,81	58,820%
Deslocações, estadas e transportes	60.855,33	74.295,61	-18,090%
Rendas e alugueres	588.373,10	530.507,34	10,908%
Comunicação	152.588,73	127.457,94	19,717%
Seguros	103.768,87	95.626,38	8,515%
Outros serviços (não discriminados anteriormente)	1.957.749,76	1.053.478,15	85,837%
Total . . .	9.749.046,27	7.066.086,10	37,97%



23.5) - Gastos com o Pessoal

Tabela 38 – Gastos com pessoal

Descrição	2023	2022	▲ %
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	468.513,29	496.531,44	-5,643%
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	302,47	27.363,50	-98,895%
Remunerações do pessoal	12.390.461,65	8.074.406,47	53,454%
Indemnizações	20.687,59	2.188,95	845,092%
Encargos sobre remunerações	2.834.084,47	1.933.754,23	46,559%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	131.723,30	133.105,59	-1,038%
Gastos de ação social	934,00		100,000%
Outros gastos com o pessoal	307.692,43	300.927,22	2,248%
Outros encargos sociais	411.985,92	363.747,64	13,261%
Total . . .	16.566.385,12	11.332.025,04	46,191%

No que aos Gastos de Pessoal diz respeito, verifica-se um aumento de 46,19% face a 2021, muito influenciado pelo processo valorização dos trabalhadores em funções públicas, atualização salarial intercalar, alteração de posicionamento remuneratório, resultado das avaliações de desempenho e celebração de novos postos de trabalho decorrente do processo de transferência de competências, que obrigou a uma reorganização dos serviços e ao reforço de pessoal interno. Verifica-se por consequência um aumento nas despesas com saúde e de todos os encargos decorrentes dos vencimentos

23.6) - Mais valia registada pela Gespaços em 2010

Em 2010, o Município procedeu a um aumento de capital da Gespaços, aprovado na Reunião do Executivo de 10/12/2010 e submetida na Reunião de 18/12/2010 ao Órgão Deliberativo. O aumento de capital foi em espécie e consistiu na transferência para a empresa de ativos tangíveis. Decorrente desta transferência foi registado em 2010 uma mais-valia, por parte da Gespaços, no valor de 3.945.691,98 €, pela avaliação efetuada aos elementos transferidos.

Pela aplicação da política já apresentada no que se refere aos Ativos Tangíveis (método do custo), esta mais-valia reconhecida em 2010, tem de ser eliminada nas contas consolidadas, bem como a eliminação das amortizações acumuladas e a amortização anual reconhecida pela Gespaços, nas suas contas individuais, relativamente a estes elementos, desde 2010, no seu ativo.

Tabela 39 - Mais valia no Aumento Capital em 2010

QUADRO RESUMO (Mais-Valia, Amortização, Vida Útil atribuída)	
Mais-valia de 2010	3.945.691,98 €
Início Amortização na Gespaços (em Duodécimos)	Dez-10
Taxa Amortização	2,50%
Vida Útil (anos)	40



Ano	Amortização Ano	Amortização Acumulada	Valor Por Amortizar	Ano Consolidação	Amort. Acumulada		Amort. Ano	
					Débito	Crédito	Débito	Crédito
2010	8.220,19 €	8.220,19 €	3.937.471,79 €					
2011	98.642,28 €	106.862,47 €	3.838.829,51 €					
2012	98.642,28 €	205.504,75 €	3.740.187,23 €					
2013	98.642,28 €	304.147,03 €	3.641.544,95 €					
2014	98.642,28 €	402.789,31 €	3.542.902,67 €	2014	402.789,31 €	402.789,31 €	98.642,28 €	98.642,28 €
2015	98.642,28 €	501.431,59 €	3.444.260,39 €	2015	501.431,59 €	501.431,59 €	98.642,28 €	98.642,28 €
2016	98.642,28 €	600.073,87 €	3.345.618,11 €	2016	600.073,87 €	600.073,87 €	98.642,28 €	98.642,28 €
2017	98.642,28 €	698.716,15 €	3.246.975,83 €	2017	698.716,15 €	698.716,15 €	98.642,28 €	98.642,28 €
2018	98.642,28 €	797.358,43 €	3.148.333,55 €	2018	797.358,43 €	797.358,43 €	98.642,28 €	98.642,28 €
2019	98.642,28 €	896.000,71 €	3.049.691,27 €	2019	896.000,71 €	896.000,71 €	98.642,28 €	98.642,28 €
2020	98.642,28 €	994.642,99 €	2.951.048,99 €	2020	994.642,99 €	994.642,99 €	98.642,28 €	98.642,28 €
2021	98.642,28 €	1.093.285,27 €	2.852.406,71 €	2021	1.093.285,27 €	1.093.285,27 €	98.642,28 €	98.642,28 €
2022	98.642,28 €	1.191.927,55 €	2.753.764,43 €	2022	1.191.927,55 €	1.191.927,55 €	98.642,28 €	98.642,28 €
2023	98.642,28 €	1.290.569,83 €	2.655.122,15 €	2023	1.290.569,83 €	1.290.569,83 €	98.642,28 €	98.642,28 €

23.7) - Endividamento consolidado (CP e MLP)

Tabela 40 – Endividamento consolidado

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Dívida a 3ºs Consolidada	ANO VENCIMENTO DÍVIDA			
		2024	2025	2026	Anos Seguintes
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)					
Dívidas a instituições de crédito	31.497.958,02		3.308.385,10	3.330.326,82	24.859.246,10
Dívidas a terceiros - Curto prazo					
Credores por transferências e subsídios concedidos	1.500,00	1.500,00			
Fornecedores	232.968,83	232.968,83			
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00			
Estado e outros entes públicos	438.653,53	438.653,53			
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00			
Empréstimos de ml Prazo - Componentes a pagar a c/prazo	3.342.681,70	3.342.681,70			
Fornecedores de investimentos	558.293,49	558.293,49			
Outras contas a pagar	3.102.974,95	3.102.974,95			
Outros passivos financeiros	0,00	0,00			
Dívida MLP	31.497.958,02	0,00	3.308.385,10	3.330.326,82	24.859.246,10
Dívida CP	7.677.072,50	7.677.072,50	0,00	0,00	0,00

23.8) - Método de Equivalência Patrimonial

O Método de Equivalência Patrimonial é um dos métodos de consolidação aplicados nas contas consolidadas do grupo autárquico, nomeadamente às entidades:

- Municipia, E.M., S.A.



O MEP consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contábilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada. Para melhor compreensão, ver relatório da prestação contas consolidadas.

Tabela 41 - Aplicação do MEP à participação na Município

Entidade	Ano	% partic	Cap. Próprio no Início Exercício				Variações durante o Exercício		Cap. Próprio no final exerc.
			Capital Social	Res. Transitados	Outras Variações CP	Total CP início Exercício	RLE	Outras Variações CP	
Município, EM, S.A.			3.236.678,67 €	-2.690.347,10	2.807.231,39	3.353.562,96	-820.474,59	746.209,26	3.279.297,63
Contribuição para grupo	2023	0,77%	24.950,00 €	-20.738,59	21.639,60	25.851,00	-6.324,64	5.752,17	25.278,53

23.9) - Responsabilidade pelas demonstrações financeiras

Cumprindo o previsto no ponto 12 da NCP 1, divulga-se abaixo o responsável pela elaboração das demonstrações financeiras presentes no relatório, o responsável pela apresentação e divulgação e o responsável pela aprovação.

Tabela 42 – Responsáveis pelas demonstrações financeiras

Responsabilidade pelas demonstrações financeiras	
ELABORAÇÃO	Célia Pinheiro de Castro <i>Chefe de Divisão de Contabilidade, Património e Tesouraria</i>
APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO	Humberto Brito <i>Presidente da Câmara Municipal</i>
APROVAÇÃO	Câmara Municipal